

Marxismo e Parlamentarismo Burguês

Por que rejeitamos a demanda por uma “assembleia constituinte”

Traduzido da Spartacist (edição em espanhol) n. 38, dezembro de 2013, Órgão do Comitê Executivo Internacional da Liga Comunista Internacional (Quarta-Internacionalista).

“Em nenhum lugar do mundo existe um caminho intermediário, nem pode existir. Uma das duas: ou a ditadura da burguesia (fantasiada com pomposas frases dos socialistas-revolucionários e mencheviques sobre a soberania do povo, uma assembleia constituinte, liberdades, etc.) ou a ditadura do proletariado. Quem não aprendeu isso da história de todo o século XIX, é um idiota incorrigível”.

—V.I. Lenin, “Carta aos operários e camponeses com motivo da vitória sobre Kolchak” (agosto de 1919)

Em várias ocasiões ao longo dos anos, a Liga Comunista Internacional (e sua antecessora, a tendência espartaquista internacional), levantou a demanda por uma assembleia constituinte revolucionária em resposta a revoltas sociais em países de desenvolvimento capitalista atrasado, da Indonésia até o Chile. Ao explicar o porquê de tais convocações, nos apoiávamos nos textos escritos e na prática do líder bolchevique V.I. Lenin do período anterior à Revolução de Outubro de 1917 e especialmente nos escritos de León Trotsky sobre a China e a Espanha dos finais dos anos 20 e início dos 30 (vide, por exemplo, “Nicaragua, Peru, Iran, Portugal: Why a Revolutionary Constituent Assembly?” [Nicaragua, Peru, Irã, Portugal: Por que uma assembleia constituinte revolucionária?], *Workers Vanguard* No. 221, 15 de dezembro de 1978).

Nos últimos anos, tivemos várias discussões internas sobre quando e em quais circunstâncias seria apropriado convocar uma assembleia constituinte. Contudo, após levantar esta demanda nos primeiros artigos sobre as revoltas na Tunísia e no Egito no início de 2011, vários camaradas na nossa liderança argumentaram, sobre uma base histórica mais ampla, que esta demanda é equivocada em qualquer circunstância. Tal fato levou a extensas pesquisas históricas e a uma reavaliação que ainda continuam. No fim de 2011, uma reunião plenária do Comitê Executivo Internacional (CEI) da LCI votou unanimemente por repudiar esta demanda. A resolução adotada nessa reunião observou:

“Embora a Assembleia Constituinte tenha desempenhado um papel progressista na grande revolução burguesa da

França em 1789, a experiência histórica tem demonstrado que isso deixou de ser o caso desde então. Começando com as revoluções de 1848, em cada situação em que uma assembleia constituinte ou um corpo legislativo burguês similar foi convocado no contexto de uma insurgência proletária, seu propósito foi reunir as forças da contrarrevolução contra o proletariado e liquidar o poder proletário. Isso foi evidente na Comuna de Paris de 1871, na Revolução de Outubro de 1917 e na Revolução Alemã de 1918-19. Apesar que a IC [Internacional Comunista] nunca o codificou como uma declaração principista geral, a linha geral dos bolcheviques sob a direção de Lenin e Trotsky, após a Revolução de Outubro, consistiu em tratar a Assembleia Constituinte como uma agência contrarrevolucionária. Quando Trotsky começou a levantar esse slogan de novo no fim dos anos 20 isso foi primariamente, ainda que não exclusivamente, uma maneira (equivocada) de combater as idiotices da extrema-esquerda da Terceira Internacional (Comintern)”.

Expressamos nossa nova posição de nos opormos por princípio à demanda por uma assembleia constituinte no artigo “Egypt: Military and Islamists Target Women, Copts, Workers” (“Egito: Exército e islamistas põem mulheres, coptos e operários na mira”, *Workers Vanguard* No. 994, 20 de janeiro de 2012), bem como em “Sobre a convocação para uma assembleia constituinte” (*Spartaco* No. 35, junho de 2012).

Nossa rejeição à demanda por uma assembleia constituinte reflete tanto a experiência histórica do proletariado como a extensão do programa marxista ao longo dos anos. Como Lenin deixou claro na citação acima, toda a história do século XIX demonstra que essa convocação se contrapõe à luta pelo poder proletário. Quando Marx postulou “a revolução em permanência” em 1850, o fez a partir da experiência das revoluções de 1848, quando as burguesias de diferentes países europeus fizeram causa comum com as forças da reação aristocrática contra o proletariado insurgente. Durante a Revolução de 1905, Trotsky se baseou no entendimento de Marx para desenvolver a teoria da revolução permanente aplicada à Rússia czarista. Com a derrota da Segunda Revolução Chinesa em 1927, Trotsky estendeu essa perspectiva aos demais países de desenvolvimento capitalista atrasado.

Um elemento central da teoria de Trotsky é o entendimento

de que as aspirações dos trabalhadores desses países aos direitos democráticos e nacionais e à emancipação social não poderão se realizar sob o domínio burguês. A realização de tais aspirações requer uma revolução proletária para varrer a ordem capitalista, assim como a extensão das conquistas revolucionárias aos centros do imperialismo mundial. Diferentemente de demandas como a autodeterminação nacional, a igualdade das mulheres, terra aos trabalhadores rurais, o sufrágio universal ou a oposição à monarquia — quaisquer dessas podendo ser cruciais para mobilizar as massas atrás das lutas do proletariado — a *assembleia constituinte não é uma demanda democrática, mas sim uma convocação para um novo governo capitalista*. Dado o caráter reacionário da burguesia, tanto no mundo semicolonial como nos estados capitalistas avançados, não pode haver um parlamento burguês revolucionário. Assim, o chamado para uma assembleia constituinte se contrapõe à perspectiva da revolução permanente.

Ao examinar novamente o registro histórico, ficou claro que todos os documentos comunistas de peso escritos nos primeiros anos depois de 1917 que tocam nesta questão rejeitam firmemente a ideia de que a assembleia constituinte, ou nacional, possa servir aos interesses do proletariado. O folheto de Lenin *A revolução proletária e o renegado Kautsky*, escrito no final de 1918, é apenas o exemplo mais conhecido. O slogan era considerado parte do que Lenin chamou de acúmulo de oportunismo no movimento operário dentro da Segunda Internacional. Na Alemanha, Rosa Luxemburgo se opôs vigorosamente à tentativa (que no final teve sucesso) do Partido Social Democrata (SPD), acompanhado pelo centrista Partido Socialista Independente (USPD), de abortar a revolução que havia estourado em novembro de 1918, mediante a imposição de uma assembleia nacional:

“O que se ganha com esse covarde desvio chamado assembleia nacional? Fortalece a posição da burguesia, o proleta-

riado é debilitado e enganado com ilusões vazias, e tempo e energia são dissipados e perdidos em ‘discussões’ entre o lobo e o cordeiro. Em uma palavra, serve a todos aqueles elementos cuja boa intenção é roubar a revolução proletária de seus fins socialistas e castrá-la até convertê-la em uma revolução democrático-burguesa.

“Mas a questão da assembleia nacional não é uma questão tática, nem uma questão do que é mais ‘fácil’. É uma questão de princípio, da percepção socialista da revolução...”

“A assembleia nacional é um legado obsoleto das revoluções burguesas, uma casca vazia, um objeto de cenário da época das ilusões pequeno-burguesas no ‘povo unido’ e na ‘liberdade, igualdade, fraternidade’ do estado burguês”.

—Luxemburgo, “A assembleia nacional”, *Die Rote Fahne*, 20 de novembro de 1918, tradução ao inglês em John Riddell, ed., *The German Revolution and the Debate on Soviet Power* (A Revolução Alemã e o debate sobre o poder soviético, Nova York: Anchor Foundation, 1986)

Ao repudiar o fato de haver usado anteriormente o slogan da assembleia constituinte, em primeiro lugar tivemos que responder a diversos argumentos, às vezes contraditórios, aos que Trotsky recorreu para justificar seu uso. O fato de que ele tenha revivido o slogan na mesma época em que generalizou a teoria da revolução permanente não podia produzir outra coisa senão confusão nas filas da Oposição de Esquerda Internacional e no movimento quarto-internacionalista. Na China, a confusão em torno da questão da assembleia nacional contribuiu para paralisar alguns aspectos do trabalho dos trotskistas nos anos 30. Na Índia, onde o papel contrarrevolucionário da assembleia constituinte ficou demonstrado na vida real após a Segunda Guerra Mundial, o trotskista Bolshevik-Leninist Party (Partido Bolchevique-Leninista) foi sacudido por uma profunda disputa faccional à qual os defensores do slogan promoviam uma política liquidacionista mais ampla. Também houve diferenças importantes no interior da Quarta Internacional no que diz respeito se a demanda era aplicável aos países europeus que surgiam do domínio fascista ou da ocupação alemã durante e depois da Segunda Guerra Mundial, para o qual não havia justificativa nos escritos de Trotsky.

Ao examinar os debates dentro do movimento trotskista entre os anos 20 e 40 sobre a assembleia constituinte, enfrentamos um obstáculo considerável. Apesar das opiniões do próprio Trotsky a partir de que reviveu o slogan em 1928 poderem ser encontradas facilmente, os argumentos de muitos daqueles que questionaram ou se opuseram ao seu uso só podem ser consultados, quando muito, em diversos arquivos e boletins internos. Em alguns casos, como o do considerável setor de estudantes chineses de Moscou que se aderiu à Oposição de Esquerda em 1928-29, quaisquer documentos que existiam parecem haver sido perdidos para sempre graças à repressão estalinista. Assim, até agora nossa investigação tem sido necessariamente parcial, em especial no que diz respeito às disputas no interior da Oposição de Esquerda na época em que Trotsky reviveu o slogan.

Reavaliação marxista e abuso revisionista

Nossa reavaliação e repúdio do slogan da assembleia constituinte é parte de nosso esforço para sustentar o núcleo revolucionário do bolchevismo contra a confusão acumulada e a traição revisionista. A resolução do CEI da LCI destaca: “Igual que na questão relacionada de postular

Diretório regional da LCI na América do Norte www.icl-fi.org

GRUPO ESPARTQUISTA DE MÉXICO

Ciudad de México: Escribe sólo: Ángel Briseño, Apdo. Postal 006, Admón. Postal 13, CP 03501, Ciudad de México, México
je_contacto@yahoo.com.mx

SPARTACIST LEAGUE/U.S.

Oficina nacional: Box 1377 GPO, New York, NY 10116
(212) 732-7860, vanguard@tiac.net

Chicago: Box 6441, Main PO, Chicago, IL 60680
(312) 563-0441, chicagospartacist@sbcglobal.net

Los Angeles: Box 29574, Los Feliz Sta., Los Angeles, CA 90029 (213) 380-8239, slyclya@sbcglobal.net

Nova York: Box 3381, Church St. Sta., New York, NY 10008 (212) 267-1025, nysl@tiac.net

Oakland: Box 29497, Oakland, CA 94604
(510) 839-0851, slbayarea@sbcglobal.net

LIGUE TROTSKYSTE/TROTSKYIST LEAGUE NO QUEBEC E NO CANADÁ

Montréal: CP 83 Succ. Place-d'Armes, Montréal, QC H2Y 3E9
(514) 728-7578, trotskyste.montreal@gmail.com

Toronto: Box 7198, Station A, Toronto, ON M5W 1X8
(416) 593-4138, spartcan@on.aibn.com

Vancouver: Box 2717, Main P.O., Vancouver, BC V6B 3X2
(604) 687-0353, tl.vancouver.bc@gmail.com

candidatos para postos executivos no estado capitalista ou aceitar tais postos, enfrentamos aqui com uma herança da Segunda Internacional que os quatro primeiros congressos da Internacional Comunista deixaram sem revolver”. A Quinta Conferência da LCI, realizada em 2007, rejeitou, como questão de princípio, nossa posição anterior de que comunistas podiam se candidatar a cargos executivos — por exemplo, presidente, prefeito ou governador de estado — contanto que declarássemos de antemão que não teríamos intenção de assumir tais postos. (ver “Os primeiros marxistas e as táticas eleitorais”, em *Spartacist* No. 36, novembro de 2009). No mesmo, destacamos:

“Nossa prática anterior estava de acordo com a da Comintern e a Quarta Internacional. Isso não significa que agimos contra nossos princípios no passado: esse princípio nunca havia sido reconhecido por nossos antecessores ou por nós mesmos. Os programas evoluem conforme surgem novas questões e fazemos exame crítico do trabalho de nossos antecessores revolucionários”.

Ao adotar a posição contra nos candidarmos a cargos executivos, observamos que estamos reconhecendo e codificando o que deveria ser visto como um corolário de *O Estado e a Revolução* (1917) e *A revolução proletária e o renegado Kautsky* de Lenin, que na realidade são os documentos de fundação da IC. Estamos, portanto, continuando o trabalho teórico e programático dos quatro primeiros congressos da IC.

Em nossa luta por reforçar a Quarta Internacional de Trotsky, nos apoiamos nesses congressos. Contudo, é necessário ter uma abordagem crítica às discussões da Comintern do período inicial à luz da experiência seguinte. Desde os primeiros anos de nossa tendência, temos expressado ressalvas com respeito às resoluções do IV Congresso (1922) sobre a “frente única anti-imperialista” e do “governo operário”. De fato, nossa nova linha em relação aos cargos executivos foi uma extensão de nossa velha crítica à resolução defeituosa e confusionalista do IV Congresso com respeito aos “governos operários”. Tal resolução confunde o chamado por um governo operário — que para os revolucionários é simplesmente uma expressão popular para referir-se à ditadura do proletariado — com todo tipo de governos social-democratas que assumem a administração do aparelho estatal burguês.

Isso deixou aberta a possibilidade de que comunistas participassem em um governo desse tipo em aliança com os social-democratas, como de fato ocorreu quando o Partido Comunista Alemão (KPD) entrou nos governos regionais “de esquerda” dirigidos pelo SPD na Saxônia e Turíngia em outubro de 1923. Embora Trotsky tenha lutado por uma perspectiva revolucionária para a Alemanha em 1923 e insistiu que o KPD fizesse preparativos concretos e fixasse uma data para a insurreição, ele apoiou erroneamente a entrada do KPD nos governos da Saxônia e Turíngia, argumentando que isso forneceria um “campo de treinamento” para a revolução (ver “Rearmando o bolchevismo: Uma crítica trotskista da Alemanha 1923 e a Comintern”, *Spartacist* No. 31, agosto de 2001). No fim, o KPD e a direção da Comintern sob liderança de Grigorii Zinoviev deixaram passar a oportunidade revolucionária. A subsequente desmoralização do proletariado soviético foi um fator crítico que permitiu à burocracia nacionalmente estreita e conservadora sob J.V. Stalin usurpar o poder político em 1923-24.

Um dos elementos necessários para manter nossa continuidade revolucionária é a assimilação crítica das lições das lutas que o movimento operário internacional levou a cabo no passado. Em contrapartida, nossos oponentes políticos esvaziam ou rejeitam os princípios da Revolução de Outubro e os fundamentos programáticos da Internacional Comunista de Lenin e Trotsky, e escolhem apenas aquelas “tradições” que possam dar uma aura de autoridade histórica às suas atividades oportunistas. Hoje, vários setores da esquerda pseudo-trotskista levantam a demanda da assembleia constituinte em praticamente toda circunstância. Para estes reformistas cada vez mais escancaradamente desde que apoiaram a contrarrevolução “democrática” respaldada pelo imperialismo que destruiu a União Soviética em 1991-1992 — a democracia (burguesa) é agora o ápice da política.

Na América Latina, as convocações por assembleias constituintes são onipresentes, especialmente entre os muitos rebentos da tendência dirigida pelo já defunto aventureiro argentino Nahuel Moreno, que impulsionava descaradamente uma perspectiva de “revolução democrática”. A tendência centrada na França e associada com o falecido Pierre Lambert convoca a assembleias constituintes não só nos países semicoloniais, mas também na França, onde faz campanha para substituir a constituição semi-bonapartista da V República que Charles de Gaulle estabeleceu em 1958. A linha de outra auto-nomeada “IV Internacional”, o Secretariado Unificado (S.U.) do falecido Ernest Mandel, é basicamente idêntica. Em uma declaração recente, sua seção belga apelava pela “construção democrática de uma Europa de solidariedade e cooperação (por exemplo, mediante uma assembleia constituinte)” (*International Viewpoint* online, 10 de junho de 2012).

Todos estes grupos, e outros, puseram em primeiro plano a demanda por uma assembleia constituinte durante as revoltas populares que começaram no início de 2011 no norte da África (a “Primavera Árabe”). Segundo o S. U., esta era uma parte essencial do “programa de um governo democrático que estaria a serviço dos trabalhadores e da população” (“In Tunisia and Egypt the Revolutions Are Underway” [Na Tunísia e no Egito as revoluções estão em curso], *International Viewpoint*, janeiro de 2011). Porém, a experiência de mais de um século e meio de luta de classes mostra que lutar por um “governo democrático” parlamentar-burguês é uma armadilha para o proletariado. Ao cooptar as aspirações das massas inquietas, a burguesia utiliza, sempre e em todo lugar, a “etapa democrática” da revolução para consolidar seu domínio e esmagar as lutas operárias.

Da Revolução Francesa de 1789 à Comuna de Paris de 1871

O modelo de “assembleia constituinte revolucionária” vem da revolução burguesa francesa. A Assembleia Constituinte que se estabeleceu em 1789 marcou a ascensão da burguesia contra a monarquia. Três anos depois, uma Convenção Nacional dominada pelos moderados girondinos foi escolhida por sufrágio universal masculino. Os radicais jacobinos tomaram o poder em 1793 mediante uma insurreição das massas plebeias de Paris que derubou aos girondinos e os expurgou da Convenção. De 1789 à queda do regime jacobino em 1794, a revolução

esteve marcada por um duplo poder entre os diversos parlamentos que se sucederam e as classes baixas de Paris, que em cada fase pressionavam a burguesia para que tomasse medidas mais radicais. Os parlamentos puderam cumprir uma função revolucionária porque a burguesia era então uma classe revolucionária enfrentada com a ordem feudal, que por sua vez estava há muito tempo subordinada a uma monarquia absoluta.

O parlamentarismo não foi de modo algum intrínseco às revoluções burguesas clássicas. Durante a Revolução Inglesa das décadas de 1640 e 1650, o centro do poder revolucionário não foi o Parlamento, mas o Exército de Novo Tipo de Oliver Cromwell. Como explicou Trotsky:

“O realista revolucionário Cromwell edificava uma sociedade nova. O Parlamento não é um fim em si; a lei não é um fim em si; Cromwell e suas tropas ‘santas’ consideravam o cumprimento das leis divinas como o fim em si, mas estas eram apenas na realidade as condições ideológicas necessárias para a construção da sociedade burguesa. Dissolvendo um Parlamento atrás do outro, Cromwell manifestava tão pouca reverência ao fetiche da representação ‘nacional’, quanto havia manifestado, com a execução de Carlos I, um respeito insuficiente à monarquia de direito divino”.

—“Aonde vai a Inglaterra?” (1925)

A Grande Revolução Francesa foi um ponto de referência crucial para Marx e seu colaborador Friedrich Engels conforme fizeram a transição de democratas radicais a líderes comunistas na década de 1840. No *Manifesto Comunista*, redigido no final de 1847 e início de 1848, levantaram a necessidade de se aliar com a burguesia na Alemanha “enquanto ela age revolucionariamente contra a monarquia absoluta, a propriedade territorial feudal e a pequena burguesia reacionária”, mas revisaram este entendimento à luz das revoluções de 1848-1849, que mostraram que a burguesia se alia com a reação aristocrática assim que confrontassem com uma classe operária que atuasse como força independente.

Tal fato ficou demonstrado com maior clareza na França. Após uma insurreição popular em fevereiro de 1848, o novo Governo Provisório começou fazendo algumas concessões à classe operária, mas em abril os democratas radicais burgueses já viravam contra os operários. Nesse mês, as eleições para a Assembleia Constituinte produziram uma vitória esmagadora para o direitista “Partido da Ordem”. Em junho, o novo governo procedeu a aniquilar uma insurreição semi-espontânea do proletariado de Paris, quebrando a espinha dorsal da classe operária francesa por toda uma geração.

Aquele foi o primeiro exemplo na história moderna de uma “contrarrevolução democrática”. Diante do profundo descontentamento da classe operária, a burguesia utilizou uma assembleia constituinte eleita, na qual predominaram os votos dos camponeses e outros setores pequeno-burgueses, para reprimir a agitação e solidificar de novo seu domínio. O resultado foi uma brutal guerra civil unilateral que incluiu massacres e deportações massivas de operários e socialistas.

A repressão dos operários de Paris por parte da burguesia republicana de junho de 1848 e o apoio da burguesia alemã à reação monárquica radicalizaram o pensamento de Marx e Engels. Apontando para a traição da pequena burguesia democrática, afirmaram que a tarefa tem que ser de “fazer a revolução permanente até que seja descartada a dominação das classes mais ou menos possuidoras,

até que o proletariado conquiste o poder do estado” e a revolução se estenda internacionalmente (“Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas”, março de 1850).

Nessa etapa, o proletariado ainda era pequeno em comparação ao campesinato e outros setores da pequena burguesia, e muito fraco para tomar o poder em seu próprio nome. Contudo, como escreveria Marx dois anos mais tarde, o desenvolvimento histórico estava mostrando que os interesses dos camponeses “já não estão mais, como ao tempo de Napoleão, em consonância, mas sim em oposição com os interesses da burguesia, do capital. Por isso os camponeses encontram seu aliado e dirigente natural no proletariado urbano, cuja a tarefa é derrubar o regime burguês”. (*O dezoito Brumário de Luís Bonaparte* [1852]). Posteriormente, Marx elaborou: “Na Alemanha, tudo dependerá da possibilidade da revolução proletária ser apoiada com uma espécie de segunda edição da guerra camponesa. Então tudo irá bem [...]” (carta a Engels, 16 de abril de 1856). Mais tarde, Lenin indicaria essa frase como uma notável previsão do curso da Revolução Bolchevique.

A Comuna de Paris, que durou de março a maio de 1871, foi o primeiro exemplo da ditadura do proletariado na história. Longe de se basear em um organismo parlamentar, começou sob os auspícios da Guarda Nacional, uma força militar baseada na classe operária armada e dirigida por um Comitê Central eleito. Este órgão insurrecional se contrapunha à Assembleia Nacional, que havia sido eleita sobre a base do voto de setores rurais reacionários.

Declaração de Princípios e Alguns Elementos de Programa Liga Comunista Internacional (Quarta-Internacionalista)

1. A revolução socialista mundial e a Liga Comunista Internacional (Quarta-Internacionalista)	1
2. A crise da direção operária	2
3. Somos o partido da Revolução Russa	2
4. As raízes históricas e históricas da Liga Comunista Internacional (Quarta-Internacionalista)	5
5. O caráter internacional da revolução socialista	7
6. O papel de vanguarda da classe operária em defesa de todos os oprimidos	7
7. A base burguesa do revisionismo	9
8. A luta contra a guerra imperialista	9
9. A questão nacional e o direito de auto-determinação de todas as nações	10
10. A revolução colonial: revolução permanente e a ‘velha questão’	11
11. A frente popular: não uma tática, mas o maior crime	11
12. O partido revolucionário: seu programa, organização, e disciplina	12
13. Não intervemos para mudar a história!	13

1. A revolução socialista mundial e a Liga Comunista Internacional (Quarta-Internacionalista)

A Liga Comunista Internacional (Quarta-Internacionalista) é uma tendência proletária, revolucionária e internacionalista que está comprometida à tarefa de construir partidos comunistas como órgãos nacionais de uma internacional democrática-socialista cujo propósito é dirigir a classe operária à vitória por meio de revoluções socialistas no

Por sua parte, a vitória do proletariado em uma escala mundial poderia por uma abundância material intrínseca à disposição de necessidades humanas, criar a base para a eliminação das classes e a erradicação da desigualdade social baseada em sexo e a própria abolição da significância social de raça, nação e etnia. A transição pela primeira vez assunirá o controle da história e controlará sua própria criação, a sociedade, tendo como resultado uma emancipação do potencial humano imaginável, e um avanço monumental da civilização. Só então será possível materializar o plano de desenvolvimento humano da humanidade.

A declaração de princípios da Liga Comunista Internacional (Quarta-Internacionalista), é uma expressão concreta de nossa proposta e propósito de construir seções nacionais de uma internacional democrática-centralista que pode liderar a luta por revoluções socialistas em todo o mundo. Este documento importante, que foi adotado na terceira conferência internacional da LCI em 1998, foi publicado nas quatro diferentes línguas das edições de *Spartacist* e adicionalmente traduzido em outras onze diferentes línguas.

Chinês	\$1	Indonésio	\$1	Português	\$1
Inglês	\$2	Italiano	\$1	Russo	\$1
Francês	\$2	Japonês	\$2	Espanhol... ..	\$1.50
Alemão	\$2	Coreano	\$1	Tagalog	\$1
Grego	\$1	Polonês	\$1	Turco	\$1

Para ordenar:

Spartacist Publishing Co.
Box 1377 GPO, New York, NY 10116, E.U.A.
vanguard@tiac.net

Marx se solidarizou plenamente com a Comuna, apesar das críticas à sua liderança, dominada por seguidores do insurrecionário jacobino Auguste Blanqui e a ala pequeno-burguesa da I Internacional influenciada por Pierre-Joseph Proudhon. O Comitê Central decidiu programar eleições municipais antecipadas ao invés de proceder decididamente a derrotar as forças de reação que haviam reunido em Versalhes. Marx argumentou que, dado que a burguesia acabava de fugir da cidade, se encontrava desorganizada e tinha poucas tropas, o Comitê Central “devia-se ter empreendido, sem demora, a ofensiva contra Versalhes.”, mas “deixou-se escapar a oportunidade, por escrúpulo de consciência” (carta a Kugelmann, 12 de abril de 1871). No final, as forças da reação burguesa conseguiram se aproveitar daquela fraqueza e esmagaram brutalmente a Comuna.

Aquele foi um claro exemplo de contraposição entre a revolução operária e o fetichismo parlamentar democrático. Paul Lafargue, genro de Marx e dirigente fundador do Parti Ouvrier (Partido Operário) francês, escreveria posteriormente com respeito à Comuna: “Em 1871 o poder havia caído nas mãos populares não preparadas para recebê-lo. Apoderar-se do poder em período revolucionário é coisa relativamente fácil, mas conservá-lo e, principalmente, se servir dele, são coisas muito difíceis” (“O amanhã da revolução”, 31 de dezembro de 1887, em *Pablo Lafargue. Textos selecionados* [Havana: editora de Ciências Sociais, 2007]). Em uma polêmica implícita contra a pressa da Guarda Nacional por convocar eleições, Lafargue argumentou:

“O poder revolucionário se constituirá simplesmente tomando-o e somente quando seja dono da situação os socialistas pensarão em ratificar seus atos pelo sufrágio chamado universal. Os burgueses eliminaram das urnas eleitorais as classes não proprietárias por tantos anos que não deverão ficar muito surpresos quando privarmos a todos os ex-capitalistas do voto até que o jogo revolucionário seja ganho”.

A Comuna de Paris representou o núcleo de um estado operário. Eliminou o exército permanente para substituí-lo com os operários em armas. Como indicou Marx, não foi “um organismo parlamentar, mas sim uma corporação de trabalho, executiva e legislativa ao mesmo tempo” (*A guerra civil na França*, 1871). Escrevendo meio século depois, Trotsky destacou em uma polêmica contra o social-democrata alemão Karl Kautsky:

“A Comuna foi a negação viva da democracia formal, pois em seu desenvolvimento marcou a ditadura do Paris operário sobre a nação camponesa...”

“A missão da Comuna era dissolver a Assembleia Nacional. Infelizmente, não pôde segui-lo”.

—Terrorismo e comunismo (Anti-Kautsky) (1920)

O SPD e a II Internacional

O esmagamento da Comuna abriu um prolongado período de reação burguesa. Enquanto Marx e Engels tiravam as lições dessa derrota, encontraram uma oposição considerável dentro da I Internacional, que na verdade havia desmoronado por 1873. Engels expressou o desejo de que “a próxima internacional — depois que as obras de Marx tenham exercido influência durante alguns anos — será diretamente comunista e proclamará abertamente nossos princípios” (carta a Adolph Sorge, 12-17 de setembro de 1874). Mas a II Internacional, fundada oficialmente em 1889 e centrada na social democracia alemã, teve um

caráter muito diferente. Apesar de ter ocupado uma função importante ao construir partidos operários de massas e propagar aspectos da visão de Marx e Engels, cada vez mais foi se adaptando ao reformismo parlamentar que se tornou sua característica determinante.

O programa do SPD, como o dos outros partidos que conformavam a II Internacional, estava dividido em uma seção “mínima” e uma “máxima”. Com o tempo, ficou claro que o programa máximo era apenas um adorno elaborado para apaziguar a ala esquerda, enquanto que o programa mínimo refletia a prática reformista da maioria dos líderes do partido. Marx e Engels aceitaram a concepção de programa mínimo/máximo, mas, para eles, o propósito das demandas do programa mínimo era ajudar a preparar o caminho para a revolução socialista. Em contrapartida, como ressaltou Lenin, “os oportunistas e a social-democracia contemporânea aceitaram as formas políticas burguesas do Estado democrático parlamentar como um limite intransponível” (*O Estado e a Revolução*).

Marx e Engels viveram antes da era imperialista e muitos destes aspectos da social-democracia não eram totalmente evidentes ainda. Mas travaram muitas batalhas contra o gradualismo parlamentar e eram firmemente críticos da direção do SPD desde a origem do partido na fusão de 1875 com os partidários de Ferdinand Lassalle. Em sua “Crítica do Programa de Gotha” (1875), Marx criticava seus partidários alemães por capitular perante os lassalleanos, opondo-se em particular ao conceito destes de um “estado popular livre”. Em 1863-64, Lassalle havia tentado obter secretamente um acordo com o governo prussiano do conde Otto von Bismarck contra a burguesia liberal com o fim de conseguir o sufrágio universal masculino. O programa de fundação do SPD estava cheio de ilusões no estado bismarckiano alemão.

Engels recriminou Bebel por subestimar a perniciosa influência da ideologia radical democrática na Alemanha e enfatizou o papel que essas forças democrático-burguesas desempenhariam como centro de reunião de forças para contrarrevolução. Destacando as lições de 1848, Engels enfatizou que “nosso único adversário no dia crucial e no seguinte será a *reação coletiva, centrada na democracia pura*” (carta a August Bebel, 11-12 de dezembro de 1884). Em um artigo comemorativo no primeiro aniversário da morte de Marx, Engels observa que a burguesia alemã ainda era fraca em 1848, enquanto que o proletariado estava “tão pouco desenvolvido como ela” e “só pressentia de um modo vago o profundo antagonismo de interesses que o separava da burguesia. E assim, embora no fundo fosse para esta um inimigo mortal, continuava sendo, por outra parte, seu apêndice político” (“Marx e a *Neue Rheinische Zeitung* (1848-1849)”, março de 1884). O artigo explica como foi que Marx e Engels revisaram a relação do proletariado para com a democracia burguesa:

“Expúnhamos, finalmente, o cretinismo parlamentar (como o chamava Marx) das diversas assembleias denominadas nacionais... Junto a governos reacionários novamente fortalecidos, em Berlin e em Frankfurt funcionavam assembleias sem força alguma, que apesar disso imaginavam que seus acordos impotentes iriam sacudir o mundo. Estas ilusões cretinas prevaleciam até entre a extrema esquerda. Vosso triunfo parlamentar — lhes gritávamos — coincidirá com vossa derrota real e efetiva!”.

A opinião de Engels com respeito ao projeto de programa do SPD de 1891 (o programa de Erfurt) era mais

positiva, mas continuava muito crítico sobre o oportunismo do partido. Em uma carta que os dirigentes do partido ocultaram por mais de uma década, atacou a ideia mortal de que a ordem legal vigente na Alemanha fosse “suficiente para o cumprimento pacífico de todas as reivindicações do partido” (“Contribuição à crítica do projeto de programa social-democrata de 1891”, junho de 1891). Esse ano, Engels fez que a “Crítica do Programa de Gotha” de Marx fosse publicada pela primeira vez, contra a oposição dos líderes do SPD. No mesmo ano voltou a publicar também *A Guerra Civil na França* de Marx com uma introdução que reivindicava a ditadura do proletariado em oposição direta às opiniões do que chamava de “filisteus social-democratas”. (Os líderes do SPD insistiram que Engels mudasse essa frase para “filisteu alemão” antes de sua publicação!).

As frequentes tentativas de suprimir ou censurar textos críticos que Marx e Engels escreveram destacam o crescente distanciamento do SPD com respeito ao autêntico marxismo. Destacando em sua crítica que as reivindicações políticas do projeto de programa de Erfurt “*não dizem* o que precisamente deviam dizer”, inclusive sobre a abolição da monarquia e a criação de uma nova constituição republicana, Engels escreveu: “Está absolutamente fora de dúvida que nosso partido e a classe operária só podem chegar à dominação sob a forma da república democrática. Esta última é inclusive a forma específica para a ditadura do proletariado, como já foi mostrado na Grande Revolução Francesa” (*Ibid.*). E acrescentou: “Mas o fato de que, na Alemanha, não se permite sequer apresentar um programa de partido abertamente republicano prova até que ponto é profunda a ilusão de que neste país se possa instaurar por via idilicamente pacífica a república, e não só a república, mas até a sociedade comunista”. Posteriormente, Lenin atacaria firmemente o mau uso que os oportunistas deram à carta de Engels:

“Engels não faz mais que repetir aqui, com mais relevo, a idéia fundamental de todas as obras de Marx, ou seja que a república democrática é a etapa que conduz diretamente à ditadura do proletariado. Não é essa república, de fato, que porá termo à dominação do capital nem, por conseguinte, à servidão das massas e à luta de classes; mas, dará a essa luta uma profundidade, uma extensão, uma rudeza tais que, uma vez surgida a possibilidade de satisfazer os interesses essenciais das massas oprimidas, essa possibilidade se realizará fatal e unicamente pela ditadura do proletariado, arrastando consigo as massas.”

—*O Estado e a Revolução*

Os guesdistas e o parlamentarismo na França

Uma degeneração política paralela aconteceu entre os social-democratas franceses. As forças marxistas dirigidas por Jules Guesde e Paul Lafargue haviam se separado dos proudhonistas em 1880; dois anos depois, após uma cisão com os flagrantemente reformistas Possibilistas, fundaram o Parti Ouvrier. Marx havia colaborado muito na redação do programa dos guesdistas, que originalmente tentaram seguir um curso revolucionário. Porém, em 1890-92 deram uma guinada brusca à direita em direção ao parlamentarismo. Como destacou um historiador do socialismo francês, “Ficou evidente que a situação revolucionária que os guesdistas haviam esperado por tanto tempo era mais remota do que parecia em 1880, quando as instituições

republicanas não eram em absoluto estáveis nem seguras”. (Aaron Noland, *The Founding of the French Socialist Party [1893-1905]* [A fundação do Partido Socialista Francês (1893-1905)], Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1956). Noland acrescenta:

“A liderança guesdista percebeu que as instituições políticas democráticas, como o sufrágio universal e os órgãos eleitos municipais e nacionais, deviam ser usadas em um grau muito maior ao que havia sido feito até então para avançar seus interesses, enquanto aguardavam a criação da antecipada situação revolucionária. Portanto, o partido guesdista decidiu tomar como exemplo os êxitos eleitorais dos Possibilistas e adotou, assim como eles, programas eleitorais moderados atrativos, elaborados para ganhar o voto de diversos setores do eleitorado, proletários e não proletários”.

Os guesdistas estavam fazendo as pazes com a III República francesa, que havia levantado sobre o cadáver da Comuna de Paris, começando com suas instituições municipais. Não tinham motivo para exigir uma assembleia constituinte, pois cada vez mais se convenciam que chegariam ao poder mediante o parlamento existente. Nas eleições de 1892 obtiveram o controle de vários municípios, e nas parlamentares de 1893 foram tão bem que Guesde disse que era “uma verdadeira revolução” (citado em *Ibid.*). Engels estava horrorizado e escreveu que esperava que a imprensa do partido não publicasse a declaração de Guesde, pois “soaria simplesmente grotesco” (carta a Laura Lafargue, 31 de agosto de 1893).

Em sua busca por sucessos eleitorais, os guesdistas estabeleceram blocos com diversos radicais burgueses pseudo-socialistas. Terminaram entregando a direção de sua facção parlamentar a Jean Jaurès, um antigo reformista convicto que se apoderou da direção do Partido Socialista unificado, em um congresso de 1905. Para Jaurès, no fundo, o “socialismo” significava apenas o cumprimento dos ideais da Revolução Francesa de 1789. Assim, em novembro de 1895, logo após a morte de Engels, Jaurès (assim como os guesdistas) apoiou o primeiro governo burguês dirigido pelo Partido Radical. Quatro anos depois, Alexandre Millerand, um amigo de Jaurès, entra em um governo burguês similar, o qual provocou uma tempestade de protestos entre os elementos de esquerda da II Internacional. Embora sua evolução tenha sido diferente, os social-democratas franceses terminaram alcançando o SPD em relação a sua prostração reformista parlamentar.

O marxismo russo e a assembleia constituinte

O período de atividade política de Marx e Engels englobou duas enormes revoltas sociais: as revoluções de 1848 e a Comuna de Paris, 23 anos depois. Mas a continuidade marxista foi se atenuando durante o período reacionário que seguiu, conforme o mundo imperialista ganhava forma e o oportunismo se tornava cada vez mais desenfreado na II Internacional. Os partidos social-democratas se tornaram parlamentaristas, participando de governos burgueses e administrando câmaras municipais. Pela primeira década do século XX, a II Internacional debatia inclusive se o colonialismo era progressista, e uma minoria significativa pregava a linha chauvinista do “colonialismo socialista”. Tal fato prefigurou o colapso que sofreria a Internacional de 1914, quando seus principais partidos constituintes (com exceção dos bolcheviques, os

socialistas “estritos” búlgaros, entre outros) apoiaram os objetivos bélicos de seus próprios governantes burgueses na Primeira Guerra Mundial. Entre as forças de esquerda da II Internacional, foi principalmente Lenin, cuja atividade abrangeu as revoluções russas de 1905 e 1917, quem se apropriou dos ensinamentos de Marx e Engels e os aplicou nas tarefas do proletariado na era da decadência capitalista.

A genealogia das demandas por uma constituição democrática e uma assembleia constituinte na Rússia pode ser encontrada claramente na II Internacional. Contudo, desde suas origens no grupo Emancipação do Trabalho de Gueorgui Plekhanov em 1883, uma importante diferença separou o marxismo russo dos principais partidos social-democratas da Europa Ocidental e Central. A Rússia estava política e economicamente atrasada, com uma monarquia absoluta, um campesinato enorme e apenas nos primórdios de uma classe operária industrial. Como indicou o historiador G.D.H. Cole:

“Nos países mais adiantados e especialmente onde havia certa experiência e tradição de democracia burguesa e governo constitucional, ‘a revolução’ não significava necessariamente sangue. Era possível conceber que se produzisse quase ou totalmente sem derramamento de sangue...”

“Era impossível que um russo pensasse desse modo. Para os russos, a revolução não era a última etapa de um processo iniciado com algumas etapas constitucionais, mas sim a primeira etapa necessária para pôr em movimento o processo. Os russos tinham que começar, ou assim acreditavam, obtendo uma Constituição que só podiam ganhar por meios revolucionários”.

—Cole, *História do pensamento socialista* Vol. IV, *A Segunda Internacional 1889-1914* (México: Fondo de Cultura Económica, 1960)

Diferentemente dos líderes do SPD, que haviam chegado a adotar a via parlamentar ao socialismo, os marxistas russos entendiam que não poderiam obter sequer uma constituição democrática sem uma insurreição revolucionária, talvez similar à Convenção sob liderança dos jacobinos.

A convocação para uma constituição do estilo apareceu no primeiro projeto de programa do grupo Emancipação do Trabalho, que Plekhanov redigiu em 1884. Embora este projeto (e outro mais depois de três anos) não exigia explicitamente uma assembleia constituinte, argumentava que devem se estabelecer “instituições políticas livres” mediante a “agitação por uma constituição democrática” (Plekhanov, *O socialismo e a luta política*, México: Edições Roca, 1975).

Lenin partiu dos projetos de Plekhanov para redigir um programa para o Partido Operário Social Democrata da Rússia no início de 1902. Nele afirmava que o “objetivo político imediato” é “a derrota da autocracia czarista e sua substituição por uma *república*, baseada em uma Constituição democrática”, e concluía que “a realização plena, consequente e firme das transformações políticas e sociais indicadas só poderá conseguir por meio da derrota da autocracia e a convocatória de uma assembleia constituinte, livremente eleita por toda a população” (“Projeto de programa do Partido Operário Social Democrata da Rússia”, janeiro-fevereiro de 1902).

Para Lenin, a questão-chave para impulsionar a revolução era a necessidade de ganhar as vastas massas de camponeses, que compunham a esmagadora maioria da população. A convocação de Lenin para uma assembleia

constituinte estava integralmente vinculado a seu quadro conceitual de então: a ditadura democrática do proletariado e do campesinato, e a chamada por um governo provisório revolucionário que convocasse tal assembleia. Em muitos artigos escritos na primeira metade de 1905, enfatizou especialmente o *objetivo* de um governo provisório revolucionário e uma assembleia constituinte. Na segunda metade do ano, sua ênfase modificou a polêmica contra os liberais e os oportunistas com respeito aos *meios* pelos quais se alcançaria este objetivo. Continuamente destacou a necessidade de que o proletariado agisse de maneira independente da burguesia liberal, inclusive por meio de greves políticas, uma revolta armada, etc.

Assim, no começo de 1905, Lenin parabenizou Alexander Parvus por haver rompido com os mencheviques da “nova *Iskra*”, mas o criticou por afirmar que “o governo provisório revolucionário será, na Rússia, um governo da democracia operária” (“A social-democracia e o governo provisório revolucionário”, março-abril de 1905). Sete meses depois, após o surgimento do soviete de São Petersburgo, escreveu:

“O soviete deve proclamar-se governo provisório revolucionário, ou constitui-lo, incorporando para tal novos deputados, não só dos operários, mas sim, primeiro, dos marinheiros e soldados, que em todas as partes procuram pela liberdade; segundo, dos camponeses revolucionários; e, terceiro, dos intelectuais burgueses revolucionários”.

—“Nossas tarefas e o soviete de deputados operários” (novembro de 1905)

Elaborando o tema uns meses depois, Lenin observou que os sovietes eram necessários “para aglutinar as massas, para forjar a unidade na luta...para despertar o interesse das massas, animá-las e atraí-las”. Acrescentou que as milícias operárias (e das vilas) eram necessárias “para *organizar a insurreição* no sentido mais rigoroso do termo” (“A dissolução da Duma e as tarefas do proletariado”, julho de 1906).

Lenin via nos sovietes a forma ou o núcleo de um novo governo revolucionário e que o proletariado tinha que se armar para realizar uma revolta, mas ao mesmo tempo mantinha como pináculo a assembleia constituinte. No mesmo artigo de julho de 1906, afirmava: “Nossa insurreição derrotará a autocracia e instaurará uma assembleia representativa do povo com verdadeiro poder, ou seja, a assembleia constituinte”. Continuava preso à construção teórica do programa mínimo mas, diferentemente dos mencheviques, que iam logo atrás da burguesia liberal, Lenin lutava para inculcar no proletariado desconfiança da burguesia e incitá-lo a empreender uma luta independente cada vez mais audaciosa.

Foi nesse período quando Trotsky elaborou pela primeira vez sua teoria da revolução permanente, inicialmente em colaboração com Parvus. Em um artigo intitulado “Up to the Ninth of January” (Antes de nove de janeiro) e escrito principalmente no final de 1904, justo antes da eclosão da Revolução de 1905, dedicou várias páginas à questão da assembleia constituinte, concluindo que “os democratas honestos e consistentes” devem “apelar incansável e inexoravelmente à onipotente vontade do povo, expressa em uma assembleia constituinte através de uma votação universal, direta e secreta na qual todo mundo tenha os mesmos direitos” (publicado em Richard Day e Daniel Gaido, eds., *Witnesses to Permanent*

Revolution [Testemunhas da revolução permanente], Chicago: Haymarket Books, 2011; um fragmento desse texto foi publicado em espanhol com o título “El proletariado y la revolución” na compilação *A era da revolução permanente*, México: Juan Pablos Editor e Uníós, 1998).

Entretanto, no final de 1905, Trotsky já havia desfeito de toda referência à assembleia constituinte. Em seu prefácio de dezembro de 1905 a *Parizhskaya Kommuna* (A Comuna de Paris) de Marx — essencialmente um esboço de seu livro *Resultados e perspectivas* (1906) — Trotsky denunciou as ilusões em uma república democrática e citou a introdução de Engels da edição de 1891 de *A guerra civil na França*: “Na verdade, o estado é apenas uma máquina para a opressão de uma classe por outra, o mesmo na República democrática e na monarquia”. Trotsky continua:

“A burguesia é incapaz de dirigir o povo à conquista de uma ordem parlamentar por meio da *derrota* do absolutismo...

“O proletariado é a *única* força que dirige a revolução e o *principal* de seus combatentes. O proletariado se apropria de todo o terreno e não fica satisfeito, nem ficará satisfeito nunca, por concessão alguma; através de cada respiro ou retirada momentânea, dirigirá a revolução à vitória que tomará o poder”.

—“Prólogo a Karl Marx, *Parizhskaya Kommuna*” (dezembro de 1905), *Witnesses to Permanent Revolution*

Aqui Trotsky derruba implicitamente, como o faz explicitamente em *Resultados e perspectivas*, a linha divisória entre o programa mínimo e o máximo. Trotsky apontou a importância dos soviets, cuja atividade “demonstra claramente que a política do proletariado russo no poder será um novo e colossal passo a frente com respeito à Comuna de 1871” (*Ibid.*).

A edição original de 1906 de *Resultados e perspectivas* não menciona a uma assembleia constituinte, embora Trotsky tenha abordado a questão em um apêndice publicado em outubro de 1915. Denunciando o quadro de referência democrático-burguês dos mencheviques, escreveu: “A demanda de uma assembleia constituinte pressupõe uma situação revolucionária. Essa situação existe? Sim; mas não está minimamente expressa no suposto nascimento, finalmente ocorrido, da democracia burguesa na Rússia, que está supostamente disposta e capaz de acertar as contas com o czarismo”. Embora afirmava que a exigência da assembleia constituinte desempenharia “um grande papel no trabalho de agitação da social democracia”, advertia que a “demanda por uma assembleia constituinte e a confiscação das terras perdem, nas condições atuais, todo significado revolucionário direto sem a disposição do proletariado a lutar pela conquista do poder”.

Quase ao mesmo tempo, Lenin escrevia: “A demanda da ‘assembleia constituinte’, como demanda independente, é errônea, posto que *no momento atual* o problema é saber quem a convocará. Os liberais aceitaram esta demanda em 1905, pois então *podia* ser interpretada no sentido de uma assembleia convocada pelo czar e que estivesse de acordo com ele” (“Algumas teses”, outubro de 1915). Mantendo ainda a sua convocação por um governo provisório revolucionário, Lenin argumentava que as principais demandas eram a luta por uma república democrática, a confiscação dos latifúndios e a jornada de oito horas, bem como “a solidariedade internacional dos operários na luta

pelo socialismo, pela derrubada revolucionária dos governos beligerantes” (*Ibid.*).

A assembleia constituinte na Revolução Russa

A revolução permanente e a assembleia constituinte são questões estreitamente vinculadas dado que o ponto central é qual forma de estado poderá realizar as tarefas democráticas da revolução: a ditadura da burguesia ou a do proletariado? Os debates sobre estas questões aconteceram ao longo de uma década e estiveram marcados pela evolução em direção à direita de Plekhanov e os mencheviques, por um lado, e a ruptura decisiva com as concepções de “duas etapas” da revolução por parte de Trotsky e a maioria dos bolcheviques de Lenin. Como a história demonstraria, a concepção de “duas etapas” da revolução consiste em uma primeira etapa na qual os oportunistas ajudam a levar ao poder uma ala da burguesia e uma segunda etapa na qual a burguesia afoga em sangue os comunistas e operários.

Mesmo depois dos conceitos fundamentais da perspectiva da revolução permanente serem aceitos — por Trotsky em 1905, Lenin no início de 1917 — a relação entre os soviets e a assembleia constituinte ainda tinham que ser testada na vida real. Foi a experiência da Revolução de Outubro que levou Lenin e Trotsky a apoiar a dissolução da Assembleia Constituinte, embora anteriormente tenham apoiado os apelos a convocá-la.

No início de 1917, como esboçou em suas famosas “Teses de abril”, Lenin rompeu decisivamente com a doutrina de apoio à “ditadura democrática” e a um governo provisório revolucionário. Opondo-se a bolcheviques de direita como Lev Kamenev e Stalin, que convocavam para apoio condicional ao Governo Provisório burguês criado após a derrubada do czar, Lenin argumentou que os soviets eram “a *única* forma *possível* de governo revolucionário” (“As tarefas do proletariado na presente revolução, abril de 1917).

Diferentemente do que fez em 1905, quando argumentava que o objetivo de uma revolta seria criar uma assembleia constituinte, agora Lenin usava a demanda de tal assembleia como uma *tática para* ajudar a mobilizar as massas contra o Governo Provisório e a lutar pelo poder dos soviets:

“Ataquei o Governo Provisório por não ter marcado um prazo, nem próximo nem remoto, para a convocação da Assembleia Constituinte, e ter-se limitado a simples promessas. Demonstrei que, *sem* os Sovietes de delegados operários e soldados, não está garantida a convocação da Assembleia Constituinte nem é possível o seu sucesso”.

—*Ibid.*

Os mencheviques e outros partidos conciliadores continuamente adiavam em convenir a Assembleia Constituinte, um atraso que lhes permitia continuar a guerra e não dar a terra aos camponeses. Ao mesmo tempo, contrapunham a convocação para a Assembleia Constituinte à crescente demanda por um governo soviético. Uma resolução que os mencheviques aprovaram em julho de 1917 denunciava o slogan bolchevique de “Todo o poder aos soviets!” como “perigosa”, pois os soviets só tinham “o apoio de uma minoria da população”. A resolução concluía: “Só então, na Assembleia Constituinte que decidirá o destino da Rússia por muitos anos, poderá ressoar a voz

da classe operária” (citado em Robert H. McNeal, ed., *Resolutions and Decisions of the Communist Party of the Soviet Union* [Resoluções e decisões do Partido Comunista da União Soviética], Vol. 1, Toronto: University of Toronto Press, 1974).

Lenin também teve que combater as “ilusões constitucionais” no interior de seu próprio partido. Esta luta atingiu um ponto crítico no mês de outubro, quando Kamenev e Zinoviev contrapuseram o apoio para a Assembleia Constituinte à convocação a uma insurreição. Impulsionando um tipo de estado “combinado”, argumentavam que, no lugar de tomar o poder, “Os Sovietes devem ser a arma que se aponte ao peito do Governo, exigindo-lhe que convoque a Assembleia Constituinte” (citado em Lenin, “Cartas aos camaradas”, 17 de outubro de 1917). A tal fato, Lenin respondeu firmemente: “Renunciar ao levantamento equivale renunciar a entrega do Poder aos Sovietes, para ‘entregar’ todas as esperanças e toda a confiança à bondosa burguesia, que ‘prometeu’ convocar as Constituintes” (*Ibid.*).

Após a instauração do poder soviético, os bolcheviques procederam a convocar eleições antecipadas à Assembleia Constituinte. O resultado foi um órgão contrarrevolucionário. Quando a Assembleia Constituinte se negou a reconhecer o poder soviético, foi dispersada (ver “O liberalismo burguês contra a Revolução de Outubro”, *Spartacist* n. 38).

Ao resumir os debates em torno à Assembleia Constituinte em sua *História da Revolução Russa* (1930-32), Trotsky indicou “a falência da democracia formal, em um momento de profunda transformação histórica” e acrescentou que “a força da tradição se manifestou no fato de que, nas vésperas da última batalha em torno à Assembleia Constituinte, nenhum dos grupos havia abjurado ainda da mesma”. Trotsky elaborou:

“Mas, quase que insensivelmente, no decurso dos acontecimentos da Revolução, a principal palavra de ordem democrática que, há quinze anos, coloria a heróica luta das massas, empalidecera, fanara-se e, de algum modo fora triturada na pedra do moinho deixando apenas seu som, uma forma vaga sem conteúdo, uma tradição e não uma perspectiva. Nesse *processus* nada havia de enigmático. O desenvolvimento da Revolução tornava forma de luta corpo a corpo para a posse imediata do poder, entre as duas principais classes da sociedade: a burguesia e o proletariado. A Assembléia Constituinte nada mais poderia dar nem a uma nem ao outro”.

Alemanha 1918-19

A experiência de 1917 e a dissolução da Assembleia Constituinte em janeiro de 1918 tiveram um impacto decisivo. Meses depois, quando uma revolução começou a se desenvolver na Alemanha, *ninguém* da ala revolucionária da social democracia apoiou a convocação por semelhante assembleia. A demanda por uma assembleia nacional foi feita apenas pelo reformista SPD, com fins descaradamente contrarrevolucionários, e pela direção do centrista USPD, uma agrupação heterogênea que havia sido expulsa do SPD em 1917 e que incluía velhos oportunistas como Kautsky, Rudolf Hilferding e Eduard Bernstein. Como Zinoviev e Kamenev em outubro de 1917, a direção central do USPD instava por um estado “combinado” que unisse os conselhos operários e uma assembleia nacional, sendo esta última claramente predominante.

A situação revolucionária estourou no início de novem-

bro de 1918 após um motim de marinheiros em Kiel, o qual detonou greves de massas e a formação de conselhos de operários e soldados em muitas cidades alemãs. A Spartakusbund de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, que então era a ala esquerda do USPD, lançou o lema “Eliminar o Reichstag e outros parlamentos, bem como o governo imperial atual. O conselho de operários e soldados de Berlim deve assumir o poder governamental e estabelecer um conselho nacional de operários e soldados” (*Die Rote Fahne*, 10 de novembro de 1918, incluído em Riddell, *op. cit.*). No dia seguinte, em uma mensagem ao proletariado alemão, o governo bolchevique proclamou: “É essencial que vocês tomem genuinamente o poder em todas as partes, com as armas nas mãos, e construam um governo de operários, soldados e marinheiros liderado por Liebknecht. Não permitam que ninguém lhes imponha uma assembleia nacional” (*Ibid.*).

O SPD, frente ao ocorrido na Rússia, colocou a convocação para uma assembleia nacional no centro de suas manobras para restaurar o domínio burguês. Quando as massivas manifestações proletárias se apoderaram das ruas de Berlim, o chanceler e príncipe Max von Baden se convenceu que só a abdicação do Kaiser Wilhelm II e a criação de um governo dirigido pelo SPD poderiam salvar do perigo o capital alemão. Von Baden perguntou a Friedrich Ebert, líder do SPD: “Se consigo convencer o Kaiser, posso contar com seu apoio contra a revolução social?” (citado em *Ibid.*) Ebert respondeu: “Se o Kaiser não abdica, a revolução social será inevitável. Mas não a desejo; não, a odeio como odeio o pecado”.

O príncipe e seu aliado do SPD encontram o modo de impedir a onda revolucionária: quando o Kaiser se negou a abdicar, Von Baden desistiu de sua tentativa de fazê-lo encherger à realidade e simplesmente anunciou sua abdicação. Philipp Scheidemann, co-presidente do SPD, fez sua parte ao proclamar a república — para a afiliação de Ebert, que teria preferido preservar a monarquia como eixo da lei e da ordem, de maneira similar ao sistema imperial do Japão.

A ideia de convocar rapidamente a Assembleia Nacional também veio de Von Baden. Seu pronunciamento da abdicação do Kaiser concluiu propondo que Ebert fosse nomeado chanceler e que se apresentasse um projeto de lei “convocando imediatamente eleições para uma Assembleia Nacional alemã” (citado em *Ibid.*) Em seu reconhecido livro sobre os conselhos operários alemães de 1918-19, Eberhard Kolb comentou:

“Para o curso posterior dos acontecimentos teve grande importância que, no dia 8 de novembro, o príncipe Max von Baden tinha levantado a ideia da assembleia nacional, sobre a qual havia estado refletindo durante dias, para deslocar o movimento revolucionário por meio de uma contramedida democrática. Em uma ligação com o Kaiser, lhe recomendou que não instituisse uma regência para seu neto, mas sim que...convocasse uma assembleia nacional: desse modo, o estado de ânimo das massas, que pressionavam em direção à luta, se desviaria de um curso ilegal a um legal, das ruas às urnas”.

—Kolb, *Die Arbeitererräte in der deutschen Innenpolitik: 1918-1919* (Os conselhos operários na política interna alemã: 1918-1919, Frankfurt: Ullstein, 1978)

Para enganar a classe operária, o SPD tinha que apresentar uma aparência de “unidade socialista”, então Ebert convidou o USPD para participar em seu governo, cuja denominação de Conselho de Representantes do

Povo era uma alusão deliberadamente enganosa ao revolucionário Conselho de Comissários do Povo dos bolcheviques. Apesar da oposição de Luxemburgo, Liebknecht e seus seguidores, o USPD não se fez rogar, e no dia 10 de novembro ingressou ao novo governo. O SPD vinculava as convocações à democracia com a afirmação de que a Assembleia Nacional encarnaria a soberania de todo o povo. Na mesma declaração que anunciava as eleições para a Assembleia, o governo instituiu o sufrágio universal para todos os cidadãos de 20 anos ou mais, acabando com o odiado sistema eleitoral prussiano de três classes. Também foram anunciadas outras reformas, como a jornada de oito horas, que procurava cooptar aos operários descontentes para que aceitassem o restabelecimento da ordem capitalista. Este era, efetivamente, o “programa mínimo”.

No dia 15 de dezembro, durante uma conferência especial do USPD da área de Berlim, aconteceu um intenso debate sobre a Assembleia Nacional. Em nome da Spartakusbund, Luxemburgo apresentou uma resolução cujas seções-chave estipulavam que a conferência:

“1. Exige que os representantes do USPD saiam imediatamente do governo de Ebert-Scheidemann;

“2. Rejeita a convocação de uma assembleia nacional, a qual só poderia fortalecer a contrarrevolução e roubar a revolução de seus fins socialistas;

“3. Exige que os conselhos de operários e soldados assumam imediatamente todo o poder político”.

—*Die Freiheit*, 16 de dezembro de 1918, traduzido para o inglês em Riddell, *op. cit.*

Esta resolução se contrapunha a uma moção de Hilferding segundo a qual “a tarefa política mais importante do USPD nesse momento é organizar-se para as eleições para a Assembleia Nacional. Trata-se de mobilizar todas as forças do proletariado para assegurar a vitória do socialismo sobre a burguesia” (*Ibid.*). Afinal, a moção de Hilferding foi aprovada por uma maioria considerável, o qual refletiu a fraqueza relativa das forças espartaquistas.

Os conselhos de operários e soldados, controlados em sua grande maioria pelo SPD ou pelo USPD, terminaram abdicando a favor da Assembleia Nacional. Estes conselhos em geral se consideravam como efêmeras “organizações de apoio” do Conselho de Representantes do Povo, uma falsa consciência que viu-se reforçada pela ideia de umas breves eleições a um órgão parlamentar que supostamente resolveria as questões em disputa a favor dos operários. A convocação para uma Assembleia Nacional foi uma parte crucial das táticas dilatórias do governo, pois serviu para justificar o adiamento das decisões cruciais até que a burguesia tivesse recuperado sua coragem e a desmobilização massiva tivesse debilitado suficientemente os conselhos de soldados. A desmobilização do arruinado exército procedeu tão rapidamente como os soldados exaustos podiam chegar a suas casas, e lhes foram garantidos por lei seus velhos empregos. O primeiro congresso nacional de conselhos de operários e soldados, que aconteceu no dia 16 a 21 de dezembro, votou por apoiar a Assembleia Nacional, e as eleições aconteceram um mês mais tarde, apenas dez semanas depois do estouro da revolução.

A vasta maioria dos operários alemães desejava o socialismo, tal como eles o entendiam; um partido de tipo bolchevique com autoridade, com quadros politicamente forjados e enraizados nas fábricas, poderia haver

estabelecido o rumo em direção à revolução operária. Porém, dado que Liebknecht e Luxemburgo não romperam com a social democracia, nem sequer após a traição histórica desta ao apoiar os créditos de guerra em 1914, a Spartakusbund era um minúsculo grupo de indivíduos isolados imersos em um mar social-democrata. A falha dos marxistas revolucionários com maior autoridade na Alemanha não terem organizado uma cisão com o SPD — e sua decisão posterior de manter-se dentro do sempre evasivo USPD pacifista-burguês — permitiu aos líderes do SPD e do USPD ocultar as questões políticas decisivas, fazendo a cínica demagogia pró-unidade do SPD ainda mais efetiva.

A Spartakusbund, e o KPD que esta finalmente ajudou a fundar nos últimos dias de 1918, puderam levar centenas de milhares de operários às ruas de Berlim para protestar contra as atrocidades do governo de Ebert; mas com apenas algumas centenas de militantes na cidade, o novo partido não se encontrava em posição de dirigir uma luta imediata pelo poder operário. Quando operários combativos tomaram a gráfica onde era produzido o jornal do SPD no início de janeiro de 1919, Liebknecht se deixou levar pela impaciência revolucionária e seguiu os operários a um combate prematuro pelo poder, contra a oposição de Luxemburgo. Em seguida, ao invés de passar à clandestinidade quando o regime procedia a esmagar a revolta, Luxemburgo e Liebknecht ficaram em Berlim, onde foram caçados pelos rastreadores do SPD e assassinados pelos direitistas do Freikorps.

O papel contrarrevolucionário da Assembleia Nacional ficou ainda mais claro na Alemanha em 1918-19 que na Rússia no ano anterior. As convocações a este tipo de assembleia estiveram no centro das manobras da burguesia e seus agentes do SPD para reduzir drasticamente a margem tempo com o qual poderia haver contado a Spartakusbund/KPD para organizar a classe operária em torno de um programa revolucionário. Certamente, a realidade do que o SPD e seus pau-mandados da ala direita do USPD estavam fazendo a favor do capital alemão só ficaria claro após a sangrenta repressão da revolta a meados de janeiro. Com o domínio burguês temporariamente solidificado, Ebert e cia. puderam mobilizar os Freikorps para sufocar outras ilhas de resistência operária espalhadas pela Alemanha.

A Internacional Comunista obtêm as lições

No I Congresso da Internacional Comunista, Lenin afirmou: “Nós, na nossa revolução, não avançamos pelo caminho da teoria, mas pelo caminho da prática. Por exemplo: não levantamos antes teoricamente a questão da Assembleia Constituinte e não dizíamos que não reconheceríamos a Assembleia Constituinte. Somente mais tarde quando as organizações soviéticas se espalharam por todo o país e conquistaram o poder político, é que nos resolvemos a dissolver a Assembleia Constituinte” (“Teses e informe sobre a democracia burguesa e a ditadura do proletariado”, 4 de março de 1919).

Esta mudança do prático ao teórico no tratamento da assembleia constituinte pode ser encontrado nos próprios textos e declarações de Lenin. *O Estado e a Revolução*, escrito apenas uns meses antes da Revolução de Outubro, era do princípio ao fim uma polêmica constante contra as

ilusões parlamentares. Embora não se refira à consigna da assembleia constituinte como tal, enfatiza uma e outra vez que o caminho ao socialismo passa pela ditadura proletária, não pela democracia burguesa. Uma vez conquistado o poder soviético, Lenin argumentou por adiar as eleições para a Assembleia Constituinte. Em 1924, Trotsky lembraria que nessa questão “Lenin ficou só” entre a direção do partido, citando o líder bolchevique: “Para o Governo Provisório, a Assembleia Constituinte marcaria, ou poderia ter marcado, um passo à frente; para o poder soviético, sobretudo com as listas eleitorais atuais, seria inevitavelmente um passo atrás” (Trotsky, *Lenin*, Barcelona: Livraria Catalonia, s/f). Lenin argumentou que a decisão de seguir em frente com aquelas eleições era “claramente um equívoco que pode nos custar muito caro” e só esperava que tal erro “não custe a cabeça à Revolução” (citado em *Ibid.*).

Após a eleição de uma maioria contrarrevolucionária na Assembleia, Lenin redigiu suas “Teses sobre a Assembleia Constituinte” (dezembro de 1917) como parte de sua luta contra o Bureau da facção bolchevique na Assembleia Constituinte (que incluía Kamenev e Stalin), que estava capitulando à democracia burguesa. As teses afirmam:

“Toda tentativa, direta ou indireta, de apresentar o problema da assembleia constituinte desde um ponto de vista jurídico formal, no âmbito da democracia burguesa comum, sem levar em consideração a luta de classes e a guerra civil, é trair a causa do proletariado e adotar o ponto de vista da burguesia...”

“Tentar atar, da maneira que seja, as mãos do poder soviético nesta luta, seria tornar-se cúmplice da contrarrevolução”.

Lenin abordou a questão em um nível histórico mais amplo em *A revolução proletária e o renegado Kautsky*, que terminou de escrever logo antes da eclosão da Revolução Alemã no final de 1918. Em seu relato no I Congresso da IC, reunido apenas uns meses depois do assassinato de Luxemburgo e Liebknecht, disse: “Mais uma vez isto revela que o curso geral da revolução proletária é igual em todo o mundo. Primeiramente a formação espontânea dos Sovietes; logo a seguir a sua extensão e desenvolvimento; mais tarde levanta-se a questão: Sovietes ou Assembleia Nacional, ou Assembleia Constituinte, ou parlamentarismo burguês; desentendimento completo entre os líderes, e por fim, a revolução proletária” (“Teses e relatos sobre a democracia burguesa e a ditadura do proletariado”).

Em maio de 1920, Lenin escreveu *A doença infantil do “esquerdismo” no comunismo* para que fosse distribuído entre os delegados do II Congresso da IC. Seu objetivo era combater as tendências da extrema-esquerda entre os jovens e inexperientes partidos comunistas. Encorajando-os a assimilar as lições da história bolchevique, Lenin explicou que a participação em eleições burguesas e o uso da tribuna parlamentar como meio para ganhar os operários podiam ser táticas comunistas valiosas. Também apontou que “os bolcheviques *não* boicotaram a Assembleia Constituinte, mas sim participaram nas eleições, tanto antes *como depois* da conquista do poder político pelo proletariado”. Mas em nenhum lado deste manual de táticas comunistas — nem em nenhum outro texto do II Congresso, incluindo suas teses sobre “O partido comunista e o parlamentarismo” — é feita uma tentativa para ressuscitar *a demanda* de uma assembleia constituinte, que por quinze anos havia sido central na agitação dos “velhos bolcheviques”.

No momento do III Congresso em 1921, o qual mais

uma vez se dedicou em boa parte a transmitir as lições do bolchevismo, a única referência que Lenin fez à assembleia constituinte foi para destacar que “Assembleia Constituinte” é “palavra injuriosa, não só entre os comunistas instruídos, mas também entre os camponeses” (“Relato sobre a tática do PCR” [Partido Comunista da Rússia], 5 de julho de 1921). Acrescentou: “Estes sabem por experiência que a Assembleia Constituinte e os exércitos brancos são a mesma coisa, que os últimos seguem inevitavelmente o primeiro”.

Antes de 1917, grande parte do que motivava os bolcheviques à convocação de uma assembleia constituinte era a necessidade de conquistar as massas camponesas. Mas a experiência da Revolução de Outubro mostrou que não foi a agitação por um parlamento democrático, mas sim a *conquista proletária do poder estatal* que estabeleceu a base para que os camponeses (especialmente os camponeses pobres) passassem para o lado dos operários. Como destacou Lenin retrospectivamente: “poucas horas depois de sua vitória sobre a burguesia em Petrogrado, o proletariado vitorioso promulgou um ‘decreto sobre a terra’, e com esse decreto *satisfez* íntegra e imediatamente, com rapidez, energia e zelo revolucionários todas as mais urgentes necessidades econômicas da *maioria* dos camponeses, expropriou totalmente e sem indenização aos proprietários das terras” (“As eleições para a Assembleia Constituinte e a ditadura do proletariado”, dezembro de 1919). E continua:

“Os traidores, estúpidos e pedantes da II Internacional jamais puderam compreender esta dialética; o proletariado não pode conseguir a vitória se não conquistar a maioria da população. Mas limitar ou condicionar esta conquista à obtenção da maioria de votos em eleições realizadas *sob o domínio da burguesia* é a maior das tolices, ou uma completa enganação aos operários”.

O registro histórico não deixa margem para dúvidas. Quem cita a posição dos bolcheviques de Lenin *antes* de outubro de 1917 para justificar sua exigência de uma assembleia constituinte tem que passar por alto tudo o que escreveu e disse Lenin *a partir de 1918*, quando denunciou consistentemente semelhantes chamados. A IC do período revolucionário tratou a assembleia constituinte, no melhor dos casos, como uma demanda obsoleta, uma relíquia do século XIX e da divisão social-democrata entre programa mínimo e o programa máximo. Particularmente à luz das experiências da Rússia e Alemanha, o movimento comunista dirigido por Lenin e Trotsky reconheceu que, pelo menos nos países imperialistas, a demanda só poderia ser usada para fins antirrevolucionários na época da decadência imperialista.

A China e a revolução permanente

Foi uma década depois, após a derrota da Segunda Revolução Chinesa de 1925-27, quando Trotsky reviveu a demanda da assembleia constituinte. De fato, a grande maioria de seus argumentos a favor desta demanda aparece em artigos e cartas escritas entre finais de 1928 e princípios de 1932. Mas em ocasiões são confusos e contraditórios; ao invés de levar clareza aos trotskistas chineses, produziram debates contínuos, diferenças e inclusive impasse político.

A IC dos primeiros anos não abordou a questão se a demanda era apropriada para as colônias e semicolônias, onde o proletariado era muito mais fraco que na Europa

e os imperialistas governavam geralmente mediante a repressão brutal sem o menor vislumbre de democracia burguesa. As “Teses sobre o problema nacional e colonial”, que Lenin redigiu e que foram adotadas pelo II Congresso da IC, enfatizavam a necessidade de que os comunistas dos países imperialistas apoiassem ativamente a luta pela liberdade das colônias. Nessa época, nas colônias e semicolônias quase não havia movimentos políticos proletários, embora os abalos econômicos causados pela guerra haviam criado novas concentrações operárias em países como a China e a Índia. Embora argumentassem por uma “aliança temporal” com forças democrático-burguesas, as Teses de Lenin afirmavam que até os núcleos comunistas embrionários deviam manter sua independência de classe frente à burguesia nacional.

Este entendimento havia começado a inverter-se já por 1922, quando o IV Congresso da IC convocou uma “frente única anti-imperialista”, apresentando tacitamente um bloco político contínuo com o nacionalismo burguês. As decisões do IV Congresso tiveram suas fraquezas, mas o enfoque da IC piorou qualitativamente após sua degeneração estalinista. No final de 1924, Stalin estava instigando o dogma antirrevolucionário do “socialismo num só país”. Com Lenin morto e Trotsky desfavorecido, a direção da IC — primeiro sob o inconstante Zinoviev, e depois sob Nikolai Bukharin — zigzagueou para uma perspectiva cada vez mais aberta de colaboração de classes, incluindo a liquidação total em partidos nacionalistas burgueses.

Os enviados da IC empurraram o jovem Partido Comunista Chinês (PCC) a unir-se ao nacionalista burguês Guomindang (GMD, que antes se transliterava como Kuomintang) já em agosto de 1922 (ver “As origens do trotskismo chinês”, *Spartacist* No. 28, janeiro de 1998). Toda a liderança do PCC se opôs originalmente a tal situação, e também se opôs Trotsky quando a questão foi levantada no Politburo soviético no início de 1923. Stalin e Bukharin argumentaram que o GMD representava um “bloco de quatro classes” e merecia todo o apoio dos comunistas. Seguindo as instruções da IC, o PCC se manteve lealmente dentro do Guomindang até quando o líder deste último, Chiang Kai-shek, realizou um golpe de estado em abril de 1927, desarmando e massacrando a dezenas de milhares de operários que seguiam os comunistas em Shanghai.

Trotsky lutou tenazmente contra estas desastrosas políticas ao longo de 1927. Nesse período, ele e seus partidários eram parte da Oposição Unificada, uma fração comum com Zinoviev e Kamenev depois de que estes romperam com Stalin no fim de 1925. A Oposição Unificada estava contra dar qualquer apoio político aos nacionalistas burgueses e afirmava, em uma resolução apresentada a um reunião do Comitê Executivo da IC em maio de 1927, que “A orientação geral que deve ser seguida é o estabelecimento de uma ditadura democrática por meio dos soviets de deputados operários e camponeses” (citado em Trotsky, *A situação real na Rússia*). Mas importantes diferenças separavam Trotsky dos outros membros da Oposição Unificada; em particular, ele se encontrava em minoria com respeito à exigência de que o PCC saísse imediatamente do Guomindang. A oposição Unificada colapsou quando Zinoviev, Kamenev e seus seguidores se retrataram e suplicaram para reinstalá-los quando os estalinistas procederam a expulsar a Oposição em massa no final de 1927.

O fracasso chinês confirmou que não pode haver uma etapa “democrática” interina no mundo colonial. No fim de 1927, Trotsky havia concluído que não havia outro caminho além da perspectiva da revolução permanente para a liberação nacional e social da China e outros países de desenvolvimento capitalista atrasado. Assim o estabeleceu em sua “Crítica ao projeto de programa da IC”, que terminou em junho de 1928 e que foi publicado posteriormente sob os títulos de *A Internacional Comunista depois de Lenin e Stalin, o grande organizador de derrotas*. O fato de Trotsky generalizar a revolução permanente no mundo colonial e semicolonial foi chave para conquistar novos adeptos à Oposição de Esquerda, notavelmente na própria China.

A “Crítica ao projeto de programa da IC” foi escrita na consequência da catastrófica revolta de Cantão (Guangzhou) que Stalin ordenou em dezembro de 1927, o desmoralizante capítulo final da derrota dos operários chineses. Tal situação também marcou a guinada de Stalin em direção ao “Terceiro Período”, no qual a adesão ao “socialismo num só país” se aliava com uma retórica bombástica esquerdista, um aventurismo idiota e abstencionismo sectário. Até quando todas as organizações operárias da China haviam sido decapitadas, a direção da IC negou cinicamente que tivesse acontecido uma derrota e começou a convocar por soviets.

Os argumentos de Trotsky

Trotsky condenou a revolta de Cantão como um golpe aventureiro, ao mesmo tempo observou que em sua forma e suas ações — por exemplo, a proscricção de todas as alas do burguês Guomindang — a revolta demonstrou que a fórmula de Stalin e Bukharin de uma revolução democrático-burguesa não era mais que uma ficção vazia (carta a Preobrazhensky, 19 de abril de 1928). Ao mesmo tempo, Trotsky procurou uma maneira de que o PCC ressurgisse e voltasse a despertar as massas. Em um documento escrito pouco depois do sangrento golpe do Guomindang, ele havia aprovado o chamado do PCC para uma assembleia constituinte, destacando que o slogan “se converte em uma abstração vazia, e com frequência em simples charlatanismo, se não esclarecemos quem deve convocá-la e com que programa” (“The Chinese Revolution and the Theses of Comrade Stalin” [A revolução chinesa e as teses do camarada Stalin], maio de 1927). É necessário destacar que no momento de escrever isto, Trotsky também aceitava a convocação da Oposição Unificada para uma ditadura democrática do proletariado e do campesinato.

Trotsky ressuscitou a convocação para uma assembleia constituinte em setembro de 1928 em uma série de cartas a membros da Oposição de Esquerda que escreveu depois de que os estalinistas declararam que qualquer chamado por semelhante assembleia seria oportunista. Em uma carta a Ivar Smilga datada 24 de setembro de 1928, escreveu:

“Demandas transitórias são necessárias. Em primeiro lugar, a assembleia constituinte. Esta demanda pode introduzir uma divisão que separe a direção burguesa inclusive das massas pequeno-burguesas urbanas. Poderia permitir-lhe ao Partido Comunista — embora claro que não imediatamente — aventurar-se fora da clandestinidade e empreender uma nova campanha de mobilização das massas trabalhadoras”.

—Yuri Felshtinsky, ed., *Trotsky L.D. Pis'ma iz ccyli, 1928* (L.D. Trotsky, Cartas do exílio, 1928; Moscou: Gumanitarnaya Literatura, 1995)

Em um artigo mais extenso, Trotsky elaboraria:

“A ideia da representação do povo inteiro, como o mostrou a experiência de todas as revoluções burguesas, e em particular as que tiveram aspecto de libertação nacional, é a mais elementar, a mais simples e a mais apta para despertar o interesse de amplas camadas populares. Quanto mais a burguesia dominante resiste a esta reivindicação ‘do povo inteiro’, e quanto mais se ca vanguarda proletária se concentra ao redor de nossa bandeira, mais amadurecerão as condições políticas para a verdadeira vitória sobre o estado burguês, seja o governo militar do Kuomintang ou um governo parlamentar”.

—“A questão chinesa depois do VI Congresso”
(outubro de 1928)

Esta afirmação não leva em consideração a experiência destilada da Revolução Bolchevique, onde, como Lenin deixou claro na carta de 1919 citada acima, as massas camponesas não passaram para a revolução principalmente devido à agitação pela democracia, mas sim porque o proletariado vitorioso satisfaz a sede de terra do campesinato. Além disso, Trotsky sustentou seu argumento confundindo a participação em um parlamento burguês com o chamado a convocá-lo, citando a oposição de Lenin a boicotar a Duma czarista de 1907.

“Mas o fato de que os oportunistas preguem a luta pela assembleia nacional não é em absoluto um argumento que justifique por nossa parte uma atitude negativa para com o parlamentarismo. Depois do golpe de estado do dia 3 de junho de 1907 na Rússia, a maioria da liderança do Partido Bolchevique era favorável ao boicote de uma Duma mutilada e adulterada. Em contrapartida, os mencheviques estavam completamente de acordo em participar na Duma. Tal fato não impediu Lenin de intervir vigorosamente para que fosse utilizado inclusive o ‘parlamentarismo’ de 3 de junho, na Conferência do partido que unia ainda naquela época as duas facções”.

—*Ibid.*

Trotsky tinha razão em se opor às idiotices de extrema-esquerda e aventureiras do Terceiro Período e em argumentar que a convocação por soviets já não estava na ordem do dia imediato; mas há uma grande diferença entre apresentar demandas de transição ou democráticas que estejam genuinamente no interesse dos trabalhadores e convocar uma criação de uma nova instituição governante burguesa. No período de reação que continuou em 1927, as tarefas que os marxistas chineses enfrentavam só podiam ser em grande medida propagandísticas: motivar a luta independente da classe operária, liderando os camponeses pobres, como o único caminho para a libertação do imperialismo e dos opressores locais. Como conquistar a emancipação nacional, a revolução agrária, os direitos das mulheres? Apenas quando os trabalhadores comandarem a sociedade. Motivando em vez disso (ou além disso) a luta por criar um parlamento burguês levanta implicitamente uma perspectiva etapista (de duas etapas): lutar pela democracia burguesa hoje, o qual de algum modo levará a lutar pelo socialismo no futuro.

Disputas na Oposição de Esquerda soviética

Os próprios textos de Trotsky indicam que a reabilitação do slogan da assembleia constituinte encontrou oposição ou foi seriamente questionada tanto no interior da Oposição de Esquerda soviética como entre os trotskistas chineses recentemente recrutados. Em uma circular dirigida a outros líderes da Oposição de Esquerda, Trotsky indicou que havia “recebido vários telegramas onde se apresentavam objeções a esta demanda” (“Democratic

Slogans in China” [Demandas democráticas na China], outubro de 1928), e comentou que algumas lhe “pareciam bastante incríveis. Por exemplo, dois camaradas dizem que a assembleia constituinte não é uma ‘demanda de classes’ e, portanto, a rejeitam...vários telegramas apresentam a convocação de soviets no lugar da convocação para uma assembleia constituinte”.

Embora sejam necessárias mais pesquisas, está claro que a oposição ao uso que Trotsky dava ao slogan vinha de duas alas diferentes dentro da Oposição de Esquerda soviética. Uma se centrava em um setor de velhos quadros oposicionistas, incluindo a Smilga, Karl Rádek e Evguenni Preobrazhensky. Um ano antes, estes haviam se aliado com Zinoviev e outros elementos conciliadores da Oposição Unificada com respeito às perspectivas para a China. Agora não só se opunham à reabilitação por Trotsky da demanda de uma assembleia constituinte, mas também, e de maneira crucial, à sua generalização da revolução permanente à China. Enganados pela retórica do Terceiro Período, apoiavam a aparente guinada à esquerda de Stalin como um passo em direção ao marxismo autêntico.

Assim, este aspecto dos primeiros debates em torno à demanda da assembleia constituinte na Oposição de Esquerda soviética estava totalmente entrelaçado com lutas mais amplas com relação à revolução permanente *versus* o etapismo (de duas etapas) e o “socialismo num só país”. Trotsky destruiu os argumentos de Rádek a respeito disso em seu livro *A revolução permanente*, escrito em sua maioria durante aquele mesmo outubro de 1928. Rádek, Preobrazhensky e companhia, já haviam avançado um bom trecho do caminho que os levaria a capitular perante a burocracia estalinista no verão de 1929.

Pelo menos um dos adversários importantes dos capituladores, Fiódor Dingelstedt, também levantou sérios argumentos contra a ideia de Trotsky de reviver o slogan. Bolchevique desde 1910, organizador em Petrogrado e na Frota do Báltico em 1917, Dingelstedt havia sido parte da Oposição de Esquerda desde 1923. Os arquivos de Trotsky que estão conservados na Biblioteca Houghton da Universidade de Harvard em Cambridge, Massachusetts, incluem duas cartas escritas à mão de Dingelstedt que criticam a demanda da assembleia constituinte. A burocracia prendeu Dingelstedt e o enviou para a Sibéria, onde continuou militando ativamente na Oposição de Esquerda até que foi executado no campo de prisioneiros de Vorkuta nos fins dos anos 30.

A primeira carta, com data de 25 de setembro de 1928, aprova a estratégia e as táticas para a China que Trotsky levantou em sua “Crítica ao projeto de programa da IC”. Dingelstedt cita o argumento de Trotsky que “tratar de vincular à burguesia chinesa recorrendo a manobras organizacionais e pessoais...não é uma manobra, é enganar-se a si mesmo de uma maneira desprezível”, para argumentar contra Trotsky que esse entendimento serviu para “enfraquecer a significação tática do slogan da assembleia constituinte na China” (Biblioteca Houghton, MS Russ 13 [T2659], tradução de nossa versão em inglês). Em uma segunda carta, com data de 11 de outubro de 1928, Dingelstedt argumenta que o slogan da assembleia constituinte na China “*se reduz a nada* e deve ter até um valor negativo”.

Em uma circular de dezembro de 1928, Trotsky faz alusão à primeira carta de Dingelstedt e defende, de maneira

correta em geral, a necessidade de levantar demandas democráticas. Mas no início de sua circular, Trotsky afirma: “Para minha surpresa, ao criticar o slogan da assembleia constituinte, um camarada alegou seriamente que via nela uma manobra que eu estava realizando com o fim de ‘enganar’ a burguesia chinesa” (“China and the Constituent Assembly” [China e a assembleia constituinte], dezembro de 1928). Trotsky chama esse fato de ‘um mal-entendido’ e faz referência aos argumentos de seu artigo “A questão chinesa depois do VI Congresso”, mas não aborda o núcleo das críticas de Dingelstedt. Não parece que Trotsky tenha respondido à sua segunda carta.

Diferenças dentro da Oposição chinesa

O slogan da assembleia constituinte também provocou controvérsia entre as centenas de estudantes chineses que foram conquistados pela Oposição de Esquerda enquanto estudavam em Moscou. Em seu livro *Chinese Revolutionary: Memoirs 1919-1949* (Revolucionário chinês: Memórias 1919-1949; Oxford: Oxford University Press, 1980), Wang Fanxi conta como sucessivas ondas de estudantes chineses desejosos de tirar proveito da revolução derrotada vieram a adotar o programa da revolução permanente. No inverno de 1928-29, aproximadamente 150 dos 400 estudantes chineses da Universidade Sun Yat-sen de Moscou eram membros ou simpatizantes da Oposição.

No final de 1929, a GPU de Stalin entrou nos dormitórios da universidade e prendeu mais de 200 trotskistas chineses. Wang informa que, apesar que alguns recantaram suas opiniões e dois conseguiram fugir do exílio siberiano e voltar à China, “não há registro algum do que aconteceu com o restante, mas não há dúvida que muitos morreram nas prisões de Stalin ou em frente ao pelotão de fuzilamento da GPU” (*Ibid.*).

Wang, que mais tarde concordou com a demanda da assembleia constituinte, descreve o impacto que teve o artigo de Trotsky “A questão chinesa depois do VI Congresso”: “Até então havíamos considerado que as posições de Trotsky eram consistentemente ‘esquerdistas’, mas ao ler seu artigo, e em particular a parte sobre a assembleia constituinte, nos pareceu a nós, jovens fanáticos, que em um pulo ele havia se posicionado à direita de Stalin”. Liu Renjing (Neil Sih), outro chinês da Oposição que se encontrava em Moscou e que foi conquistado muito rápido pelo slogan da assembleia constituinte, conta algo semelhante. Em um extenso documento de 1934 intitulado “Five Years of the Left Opposition in China—An Attempt to Explain Its Failure to Make Progress” (Cinco anos da Oposição de Esquerda na China: uma tentativa em explicar sua falta de progresso), Liu afirma:

“O artigo do camarada Trotsky ‘A questão chinesa depois do VI Congresso’ havia circulado entre os camaradas, mas antes que este que o escreve voltasse à China, o slogan da assembleia nacional não havia se propagado no órgão da Oposição. “Esta passividade com relação à demanda da assembleia nacional se deve por duas causas. Em primeiro lugar, dado que a burguesia não havia realizado nenhuma das tarefas que deram origem à segunda revolução chinesa, era comum a crença de que uma nova onda revolucionária começaria em breve. Em segundo lugar, havia fortes preconceitos contra o próprio slogan, preconceitos que sobrevivem até hoje”.

Até onde sabemos, não sobreviveu nenhuma documentação dos debates de 1928-29 entre os opositores chineses, que tinham que operar na clandestinidade. Mas

as diferenças com respeito ao slogan continuaram fervilhando no interior da Oposição na China, que estava dividida em quatro organizações antes de se unificar em uma conferência realizada em maio de 1931. A documentação desses debates posteriores é pouca e fragmentada, mas deixa claro que havia uma enorme confusão. Inclusive o termo “assembleia constituinte” (*lixian huiyi*) era muito controverso: a palavra chinesa *lixian* era amplamente considerada como algo reacionário, devido às frequentes tentativas da moribunda dinastia Qing, e posteriormente dos senhores da guerra, de redigir uma constituição e reunir uma assembleia constituinte. Trotsky terminou aceitando um meio-termo na terminologia e, a partir de 1930, usou em geral o termo “assembleia nacional” (*guomin huiyi*) quando se referia à China, embora tal fato não tenha mudado a essência de seus argumentos.

Trotsky argumentou “Por uma estratégia para a ação, não para a especulação” (3 de outubro de 1932): ao invés de se preocupar por quando e como poderá uma assembleia ser convocada, utilizem a demanda para mobilizar os operários. Porém, em vários de seus textos, Trotsky mesmo especulou bastante. Por exemplo, em uma resposta de abril de 1930 a um grupo chinês da Oposição, tratou de justificar o slogan especulando sobre cenários alternativos para a Revolução Russa:

“Se a Assembleia Constituinte tivesse sido convocada, digamos, em abril de 1917, a mesma teria tido que enfrentar todos os problemas sociais. Nesse caso as classes proprietárias teriam sido obrigadas a colocar todas suas cartas sobre a mesa; o papel traidor dos conciliadores seria aparente a todos. O bloco bolchevique da Assembleia Constituinte teria ganhado grande popularidade e isto teria os ajudado a eleger uma maioria bolchevique nos soviets. Em tais circunstâncias a Assembleia Constituinte não teria durado um dia mas sim, talvez, vários meses. Tal fato teria enriquecido a experiência política das massas trabalhadoras, ao invés de adiar a revolução proletária. a teria adiantado”.

—“A demanda da assembleia nacional na China”
(abril de 1930)

O cenário de Trotsky não leva em consideração os muitos exemplos históricos nos quais a burguesia e seus agentes reformistas utilizaram uma assembleia eleita como ferramenta contra o proletariado insurgente. Ele não menciona a experiência alemã de 1918-19, quando foi convocada a Assembleia Nacional sem demora precisamente com o fim de impedir uma revolução operária. A ideia de que uma rápida convocação para a assembleia constituinte na Rússia não teria tido nenhum impacto negativo na luta pelo poder soviético contradiz a experiência histórica, bem como as muitas análises de Lenin, da IC de primeira época, e inclusive do próprio Trotsky.

Em uma carta escrita no início de 1931, Trotsky cita o seguinte argumento de um grupo chinês da Oposição: “Acreditamos que o mais provável é que não se concretize a assembleia nacional. E mesmo que chegasse a materializar-se, não poderia transformar-se em um ‘governo provisório’, já que todas as forças materiais estão em mãos dos militares do Kuomintang. Com respeito ao governo que se instaurará após a insurreição, este será definitivamente um governo de ditadura proletária, em cujo caso não se convocará a assembleia nacional” (citado em “A Oposição de Esquerda chinesa”, janeiro de 1931).

Fazendo referência a este argumento como “extremamente incompleto” e “unilateral”, Trotsky respondeu:

“Se o proletariado reúne o campesinato pobre sob as demandas da democracia (terra, assembleia nacional, etc) e, batendo com um só punho, derruba a ditadura militar da burguesia, então, ao assumir o poder, o proletariado deverá convocar uma assembleia nacional para não suscitar a desconfiança do campesinato e não dar lugar a demagogia burguesa” (*Ibid.*).

A ideia de que o proletariado no poder “deverá convocar uma assembleia nacional” para consolidar seu apoio entre os camponeses também é alheia às conclusões que Lenin e a IC do período inicial obtiveram. É notável que nos textos de Trotsky desse período sobre a assembleia constituinte não haja nenhuma referência a *A revolução proletária e o renegado Kautsky* de Lenin nem a nenhuma outra das principais obras de 1918-21 onde se tiram as lições definitivas sobre a incompatibilidade do poder soviético e o parlamentarismo burguês.

Confusão entre os trotskistas chineses

Trotsky corretamente deu grande importância ao fato de que Chen Duxiu, fundador do marxismo chinês e líder central do PCC até meados de 1927, tenha aderido à Oposição. Trotsky incentivou os trotskistas mais jovens, que atacavam Chen de oportunista — pois, estando à frente do PCC, ele havia executado as medidas de Stalin — a reconhecer o valor de sua experiência e a unificar as forças. A adesão de Chen ao trotskismo, junto a outros veteranos do PCC, deu à Oposição de Esquerda uma enorme autoridade entre a esquerda e o movimento operário da China.

Os trotskistas chineses lutaram heroicamente por uma perspectiva proletária em condições extremamente difíceis. Suas possibilidades imediatas se tornaram muito limitadas pela derrota de 1927, pela repressão, que vinha de todos os lados, e o posterior enfraquecimento do proletariado como consequência da crise econômica de 1929. Pouco depois da conferência de 1931, o Guomintang prendeu a maioria dos líderes da Oposição e a seção teve que passar a uma clandestinidade ainda mais severa. Apesar de tudo isso, conseguiu um crescimento considerável após a incursão japonesa em Shangai no início de 1932; no outono desse ano, muitas das células industriais que restavam ao PCC na cidade haviam passado à Oposição. Porém, Chen e outros líderes centrais foram presos pouco depois, e só foram liberados em 1937.

As memórias de Zhen Chaolin — um trotskista chinês que passou quase 30 anos nas prisões de Mao, até sua liberação em 1979 — informa que Chen hesitou inicialmente em apoiar o chamado à convocação para a ditadura do proletariado quando começou a ir em direção à Oposição em 1929; entre os quadros chineses que foram conquistados ao trotskismo, ele foi o último a se convencer da aplicabilidade da revolução permanente (ver *An Oppositionist for Life: Memoirs of the Chinese Revolutionary Zheng Chaolin* [Um opositorista para a vida inteira: Memórias do revolucionário chinês Zheng Chaolin; Atlantic Highlands, Nova Jersey: Humanities Press, 1997]). Chen apoiou a demanda da assembleia nacional durante o curto período que dirigiu ativamente à Oposição chinesa. Com relação a esta questão, Chen estava longe de ser o único.

Com o objetivo de informar sobre a conferência de unificação de 1931, uma nota editorial ao *International Bulletin*

(No. 8, maio-junho de 1931) da Oposição de Esquerda afirmava: “alguns colegas hesitaram antes de aceitar as demandas democráticas, e em particular a demanda da assembleia constituinte nesse período, receosos que a IC os acusassem de oportunistas. Outros consideravam que a demanda da assembleia constituinte era um ‘termo popular para a ditadura do proletariado’”. Esta última posição se associava com Liu Renjing, cujo documento de 1934 pretendia resumir uma discussão de vários anos. Embora as opiniões direitistas de Liu e sua hostilidade de facção contra todo mundo façam com que seu documento seja pouco confiável, tem o mérito de incluir extensas citações da imprensa trotskista e os boletins internos. Segundo Liu, a assembleia nacional foi “a questão mais debatida entre as filas da Oposição de Esquerda chinesa” e acrescenta:

“Cada um tem sua própria opinião ou sua própria interpretação da demanda, mas todas chocam e se paralisam entre si. A confusão é tal que a organização não poderá dar um passo sem que o Secretariado Internacional nos ajude a esclarecer a questão”.

—“Cinco anos da Oposição de Esquerda na China”

Parece que alguns opositoristas, entre os quais destacavam Zheng Chaolin e Wang Fanxi, aferraram seus argumentos às linhas instadas por Trotsky. Outros discutiam sobre quem devia convocar a assembleia. Devemos pressionar Chiang Kai-shek para que o faça? Ou outra ala do Guomintang? Devem convocá-la os operários insurgentes? Devem fazê-lo antes ou depois de tomar o poder?

Uma carta que Chen escreveu em janeiro de 1932 (aparentemente nunca enviada) ao Secretariado Internacional (S.I.) da Oposição captura a confusão. Escrevendo após a invasão japonesa da Manchúria, afirma:

“Nosso trabalho mais difícil com respeito à propaganda está vinculado com a demanda da assembleia nacional. Muitos militantes do partido, descontentes com o regime da burocracia estalinista, dizem concordar com a Oposição de Esquerda mas, dado que não entendem a demanda da assembleia nacional, se negam a entrar a nossa organização...”

“Não são poucos os camaradas no interior da Oposição de Esquerda que não estão de acordo com a interpretação revolucionária da demanda da assembleia nacional. Consideram a assembleia nacional exclusivamente uma forma de domínio burguês, quando o objetivo da Oposição de Esquerda é a ditadura do proletariado na forma de soviets. Contudo, este objetivo pertence à futura maré ascendente da revolução e, enquanto isso, se interpretamos a demanda da assembleia nacional de maneira revolucionária, vinculando-a com o slogan ‘Fora Kuomintang!’ e também com a questão do poder, somos acusados de aventurismo! Portanto, não entramos em acordo entre nós. Aí reside nossa dificuldade. Sobre esta questão, necessitamos urgentemente que vocês nos enviem diretrizes”.

—citado em *Ibid.*

As memórias de Zheng Chaolin também capturam o impacto negativo que teve esta convocação no trabalho dos trotskistas chineses. Zheng informa que, por volta de 1931, um antigo líder da esquerda do Guomintang desafiou os opositoristas de esquerda: “Vocês trotskistas dizem que a revolução na China é proletária, mas apelam por uma assembleia nacional; os estalinistas dizem que é burguesa, mas apelam pelos soviets. Não se contradizem a si mesmas as oposições de ambos grupos?” (Zheng Chaolin, *op. cit.*). Boa pergunta. Os trotskistas continuaram levantando a demanda da assembleia nacional: uma resolução de 1937 do Comitê Executivo Central concluía com as palavras de ordem: “Abaixo o Kuomintang! Viva a assembleia nacional

soberana eleita por sufrágio democrático!” (“The Present Situation and Our Tasks” [A situação atual e nossas tarefas], fevereiro de 1937). Longe de funcionar como uma ponte para o poder proletariado, a agitação trotskista por uma assembleia nacional na China serviu para obstruir a claridade política, tanto pública como internamente.

A demanda da assembleia constituinte na Espanha

Ao mesmo tempo que Trotsky levantou o slogan da assembleia constituinte na China em um período de derrota e recuo do proletariado, na Espanha o levantou, embora brevemente, no início de uma revolta social. A queda da ditadura de Primo de Rivera no começo de 1930 deu passo a uma maré crescente de turbulência revolucionária, a qual culminou na Guerra Civil Espanhola que eclodiu em julho de 1936. (Para mais informação, ver “Trotskismo vs. frente-popularismo na Guerra Civil Espanhola”, *Spartacist* No. 36, novembro de 2009.) O sucessor de Primo de Rivera, Dámaso Berenguer Fusté, propôs novas Cortes (parlamento) destinadas a legitimar a monarquia, uma iniciativa que provocou uma avalanche de chamadas a boicotá-la. No final, Berenguer renunciou e o rei Alfonso XIII optou por convocar eleições municipais, as quais foram realizadas no dia 12 de abril de 1931 e resultaram em uma vitória esmagadora do Partido Socialista e partidos burgueses republicanos nos centros urbanos. Alfonso fugiu, foi proclamada uma república e foram anunciadas eleições para novas Cortes constituintes.

Tanto antes como depois desse período, Trotsky enfatizou corretamente a importância das demandas democráticas na Revolução Espanhola (ver *A Revolução Espanhola (1930-1940)*, Barcelona: Editora Fontanella, 1977). Mas só levantou a convocação para uma assembleia constituinte, ou umas Cortes constituintes, em algumas cartas e artigos de janeiro e fevereiro de 1931. Quando os socialistas e os republicanos anunciaram suas Cortes constituintes, Trotsky argumentou em contrapartida: “A demanda central do proletariado é a do soviete operário” (“Os dez mandamentos do comunista espanhol”, 15 de abril de 1931).

Os textos de Trotsky sobre a Espanha se centram essencialmente na oposição a toda aliança de colaboração de classes (que os estalinistas batizaram de “frente popular” em meados dos anos 30) e na necessidade de tornar coeso um partido de vanguarda autenticamente leninista. Estes textos são parte de suas polêmicas mais firmes contra toda a forma de colaboração de classes. Mas, como no caso da China, seus argumentos a favor de uma assembleia constituinte foram confusos e contraditórios. A primeira vez que Trotsky levantou essa demanda foi em uma carta a Andrés Nin de 12 de janeiro de 1931 na qual apoiava o boicote das Cortes de Berenguer, argumentando:

“Mas se as Cortes são boicotadas, em nome de quem? Em nome dos soviets? Em minha opinião, seria errôneo levantar a questão desta forma. Neste momento só é possível unir as massas da cidade e o campo por demandas democráticas, inclusive a eleição de Cortes constituintes eleitas sob a base do sufrágio universal, igual, direto e secreto. Não creio que na situação atual poderão evitar esse slogan. Pois, finalmente, ainda não há soviets. Os operários espanhóis não sabem —pelo menos por sua própria experiência— o que são os soviets. E o que dizer dos camponeses? Agora, a luta sobre as Cortes concentrará no próximo período toda a vida política do país. Em tais circunstâncias, seria errôneo opor

a demanda de soviets à de Cortes”.

Duas semanas depois, em um artigo que, excluindo isso, constituía uma notável exposição da perspectiva da revolução permanente, Trotsky escreveu:

“Mas, mesmo boicotando as Cortes de Berenguer, os operários avançados deveriam contrapor essas à demanda por *Cortes Constituintes revolucionárias*. Devemos desmascarar implacavelmente o charlatanismo da demanda das Cortes *Constituintes* nos lábios da burguesia de ‘esquerda’, a qual na realidade não quer mais que Cortes de *conciliação* pela graça do rei e de Berenguer, para pechinchar acordos com as velhas camadas dominantes e privilegiadas. Uma verdadeira assembleia constituinte pode ser convocada somente por um governo revolucionário, como resultado da insurreição vitoriosa dos operários, dos soldados e dos camponeses”.

—“A revolução espanhola e a tática dos comunistas”
(24 de janeiro de 1931)

Em uma situação pré-revolucionária em desenvolvimento, onde a burguesia está desesperada para manter seu domínio frente a uma revolta popular, a demanda por uma forma “revolucionária” de governo burguês, longe de a falácia das pretensões democráticas dos governantes burgueses, pode apenas fortalecer tais ilusões democráticas. O que ocorreu na Espanha nos oferece um exemplo clássico: Berenguer não era a única opção para a burguesia espanhola. O novo governo republicano, que incluía o líder socialista Francisco Largo Caballero, imediatamente conteve a crescente onda revolucionária por meio da convocação para eleições para as Cortes constituintes. Isso proporcionou a base para um governo de coalizão que tentaria estancar a revolução social.

Uma vez mais, Trotsky motivou o slogan com a necessidade de conquistar o campesinato em outra carta a Nin de 13 de fevereiro de 1931. Embora tenha indicado que “Não temos para com esta fórmula um apego fetichista”, Trotsky argumentou: “Certo, muitas possibilidades já foram tentadas na Espanha. Porém, resta ainda a de uma democracia ‘completa’, ‘consequente’, obtida pelo caminho revolucionário, quero dizer as Cortes constituintes”. Mas a história — que Trotsky analisou magistralmente em seus textos sobre a revolução permanente — já havia demonstrado que essa oportunidade não existia! Levantar a possibilidade de uma versão idealizada da democracia burguesa só podia criar confusão. A lógica era voltar a alguma variante do programa de Lenin, anterior a abril de 1917, da ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato.

Trotsky deixou de usar a demanda da assembleia constituinte quando ficou claro que, *nos fatos*, estava contraposta à luta pelo poder proletário. Contudo, ele não extraiu da experiência espanhola nenhuma conclusão teórica com respeito à demanda.

Trotsky sobre a Itália

Ao argumentar, em janeiro de 1931, que só um governo revolucionário poderia convocar uma “genuína assembleia constituinte”, Trotsky parecia sugerir algum tipo de regime revolucionário combinado onde os soviets coexistiriam com algum tipo de órgão parlamentar. Ele mesmo havia polemizado mais de uma vez contra concepções similares. Por exemplo, em uma carta de 1930 à Nova Oposição Italiana (NOI), explicou a razão de haver criticado tão fortemente a proposta que o Partido Comunista da Itália havia levantado nos anos 20 de “assembleia republicana baseada em comitês operários e camponeses”:

“A ‘assembleia republicana’ é, obviamente, uma instituição do estado burguês. O que são, por outro lado, os ‘comitês operários e camponeses’? É óbvio que são uma espécie de parente dos sovietes operários e camponeses. Se é assim, tem que dizê-lo. Porque as organizações de classe dos operários e camponeses pobres, chamados de sovietes ou comitês, sempre constituem organizações de luta contra o estado burguês, logo se convertem em órgãos da insurreição e, finalmente, depois do triunfo, se transformam em organizações da ditadura proletária. Sendo assim, como é possível que uma assembleia republicana —organização suprema do estado burguês— se ‘baseie’ em organizações do estado proletário?”

—“Problemas da revolução italiana”
(14 de maio de 1930)

Como exemplos, Trotsky citou os erros de Zinoviev e Kamenev em 1917 e a convocação dos líderes do centrismo USPD para um “estado combinado”, que ajudou a descartar a Revolução Alemã de 1918-19.

Em diversas polêmicas contra o grupo italiano Prometeo, que apoiava as posições ultra-esquerdistas de Amadeo Bordiga e que ainda formava parte da Oposição de Esquerda, Trotsky insistiu corretamente na necessidade das demandas democráticas. Porém, sua carta à NOI de maio de 1930 inclui uma passagem ambígua que posteriormente seria usada para justificar a demanda da assembleia constituinte no período de transição do regime fascista à ditadura proletária: “nem sequer excluo a possibilidade de uma assembleia constituinte que, em certas circunstâncias, poderia ser imposta pelo andar dos acontecimentos ou, mais precisamente, pelo processo do despertar revolucionário das massas oprimidas” (*Ibid.*).

Em uma resolução de 1932, a NOI de fato convocou uma assembleia constituinte. A demanda encontrou a oposição de outros trotskistas italianos, entre eles Pietro Tresso, que no início de 1933 era membro do Secretariado Internacional, e era um dos líderes da Oposição e posteriormente da IV Internacional; os estalinistas o assassinaram em 1943 ou 1944. Outro líder da ala esquerda da NOI, Mario Bava-sano (que renunciaria em 1933 opondo-se à convocação de uma nova Internacional), fez a crucial distinção entre as demandas democráticas e a demanda da assembleia constituinte durante a discussão da resolução de 1932:

“Todas as limitadas demandas democráticas que se incluem no documento são adequadas para mobilizar as massas no momento presente. Contudo, há desacordo entre nós sobre a questão se tais demandas democráticas limitadas devem conduzir às demandas gerais, como as eleições locais ou a Constituinte, ou se ao contrário devem culminar na formação de órgãos como os comitês de operários e camponeses, os quais dão à luta um caráter de classe e indicam às massas uma meta revolucionária, ou seja, que devem derrubar o regime burguês e estabelecer o poder proletário”.

—Silverio Corvisieri, *Trotsky e il Comunismo Italiano* (Trotsky e o comunismo italiano, Roma: Samonà e Savelli, 1969)

Goldman-Morrow e a questão da assembleia constituinte na Europa

Trotsky deixou claro que não podia seguir os desenvolvimentos políticos da Itália e de fato nunca levantou o slogan da assembleia constituinte para esse país. Tampouco nunca a considerou para a Alemanha depois da ascensão de Hitler ao poder. No Programa de Transição de 1938 a demanda se levanta *apenas* em relação aos países coloniais e semicoloniais; em contrapartida, a seção que trata dos países capitalistas avançados sob domínio fascista adverte

que “as fórmulas da democracia (liberdade de associação, de imprensa, etc.) são para nós só demandas incidentais ou episódicas no movimento independente do proletariado, e não uma força democrática no pescoço do proletariado”.

Muito diferente desta declaração sem ambiguidades foram as “Três teses” que o grupo trotskista alemão no exílio emitiu em 1941, em que argumentava que “a transição do fascismo ao socialismo continua sendo uma utopia na ausência de uma etapa intermediária, que *basicamente* equivale a uma revolução democrática” (*Fourth International*, dezembro de 1942). Embora este revisionismo flagrante tenha sido por via de regra rejeitado na época, tanto na Europa como nos Estados Unidos líderes da IV Internacional começaram a argumentar por levantar a demanda da assembleia constituinte em diversos países imperialistas europeus. Quando a Itália entrou em um período de fermentação pré-revolucionário em meados de 1943 com a queda de Mussolini e o estouro de uma onda de greves em que foram formados comitês de fábrica, o recém-formado e clandestino Secretariado Provisório Europeu, com sede em Paris, emitiu um “Manifesto” redigido por Marcel Hic e dirigido aos operários, camponeses e soldados italianos. Neste incluía uma convocação para uma assembleia constituinte (“Convention Nationale”). Mas o Secretariado retirou o manifesto em poucos dias, declarando que a demanda “não era apropriada”. Uma versão alternativa, sem a demanda, apareceu no primeiro número de *Quatrième Internationale* (agosto de 1943).

Apesar de apenas termos analisado parte da documentação, está claro que a questão se discutiu ocasionalmente durante três anos, incluindo outros países que emergiam da ocupação nazista; a discussão revelou uma confusão séria, assim como diferenças significativas. No final de 1944, o Parti Communiste Internationaliste adotou o slogan para a França, contra uma oposição considerável, e o levantou em um folheto de dezembro de 1944 que foi amplamente difundido. Em uma resolução de 1945, a seção belga também chamou por uma assembleia constituinte, rejeitando explicitamente o argumento de que a demanda não se aplicaria aos países capitalistas avançados (“The Importance and Scope of Democratic Slogans” [A importância e o alcance das demandas democráticas], *New International*, maio de 1946).

A expressão mais aguda de uma perspectiva democrática para a Europa foi levantada nos Estados Unidos por vários quadros experientes do Socialist Workers Party (SWP, Partido Operário Socialista) e o S.I. — que havia sido relocado para Nova York no começo da guerra — incluindo notavelmente Felix Morrow e o secretário do S.I., Jean van Heijenoort. No fim de 1943, Morrow argumentou pela “imediate convocação da assembleia constituinte” na Itália, alegando que tal fato cumpriria “um papel importante em uma ou mais revoluções europeias” (“The First Phase of the Coming European Revolution” [A primeira fase da iminente revolução europeia], *Fourth International*, dezembro de 1944). Sem dizer nada do slogan da assembleia constituinte, uma resolução do Comitê Central do SWP se opôs à perspectiva geral de Morrow, advertindo: “Quando todas as suas defesas caírem, as forças do capitalismo procurarão preservar sua ditadura atrás da fachada de formas democráticas, até mesmo com a república democrática” (“Perspectives and Tasks of the Coming European Revolution”

[Perspectivas e tarefas da iminente revolução europeia], *Fourth International*, dezembro de 1943). A resolução afirmava que “as demandas democráticas (liberdade de imprensa, direito a sindicalizar-se, etc.) estarão entrelaçadas com as de transição e todas conectadas com nossas demandas fundamentais pelos *Estados Unidos Socialistas da Europa* e por *Todo o Poder aos Conselhos Operários*”.

Em 1945, Morrow estava totalmente focado na luta pela “democracia”. Sua “Carta ao Secretariado Europeu da IV Internacional”, escrita em julho de 1945, argumentava por liquidar-se na social-democracia e conclamava aos trotskistas franceses: “Durante a luta pela legalidade, não tenham medo de fazer *Vérité* parecer inteiramente como um órgão que luta por nada mais que a verdadeira democracia. Hoje em dia, isso é lutar por muito!” (*Fourth International*, março de 1946).

Uma das respostas mais contundentes vindas da maioria do SWP foi a de William Simmons (Arne Swabeck). Atacando a obsessão de Morrow com a democracia, Swabeck argumentou que isso não poderia, de maneira alguma, distinguir os trotskistas dos estalinistas e social-democratas:

“Na França e outros lugares estes partidos exigiram uma assembleia constituinte, sempre cuidando, é claro, de que medidas reais atrasassem tanto quanto possível...”

“Apenas levantar demandas democráticas não basta para distinguir os quarta-internacionalistas da posição desses partidos. Portanto, é importante reconhecer o fato de que as demandas democráticas são para nós meramente incidentais e episódicas no movimento independente do proletariado; e o são ainda mais hoje em dia, dado o absoluto colapso do capitalismo”.

—“Trotskyist Tasks in Europe” (As tarefas dos trotskistas na Europa), *Fourth International*, julho de 1945

Junto a um cada vez mais estalinofóbico Albert Goldman, outro quadro experiente do SWP, Morrow também pregava pela reunificação com os Workers Party (WP, Partido Operário) de Max Shachtman, que havia se cindido do SWP em 1940 repudiando a posição trotskista de defesa militar incondicional da União Soviética. A disputa com a minoria de Goldman-Morrow levou a uma grande luta faccional no interior do SWP em 1945-46.

O SWP emergiu da Segunda Guerra Mundial com uma visão muito otimista das perspectivas imediatas para a revolução proletária, especialmente nos Estados Unidos, como exemplifica o documento de outubro de 1946, “Theses on the American Revolution” (Teses sobre a revolução americana, em James P. Cannon, *The Struggle for Socialism in the “American Century”* [A luta pelo socialismo no “Século americano”], Nova York: Pathfinder Press, 1997). Esta visão, muito difundida também no movimento trotskista europeu, deixava de lado fatores que diferenciavam o período de pós-guerra do que havia acontecido após a Primeira Guerra Mundial. Entre eles está o fato de que os Estados Unidos, com o apoio da Grã Bretanha, haviam ocupado militarmente grande parte da Europa Ocidental em 1944-45, alterando profundamente as possibilidades de revolução proletária (para mais informação a respeito, ver “Trotskyist Policies on the Second Imperialist War—Then and in Hindsight” [Políticas trotskistas na segunda guerra imperialista, então e em retrospectiva], introdução a “Documents on the ‘Proletarian Military Policy’” [Documentos sobre a “Política Militar Proletária”], *Prometheus Research Series* No. 2, feve-

reiro de 1989). Assim, no caso da Itália, os exércitos aliados forneceram o indispensável poderio militar para dar cobertura à burguesia italiana que, com a ajuda do Partido Comunista, pôde desarmar o proletariado insurgente. De maneira relacionada, enquanto os social-chauvinistas haviam sido desacreditados após a Primeira Guerra Mundial, após a Segunda Guerra a autoridade dos reformistas, especialmente dos estalinistas, cresceu muito pelo papel de liderança que haviam desempenhado na “resistência antifascista” de frente popular.

Apesar que Goldman e Morrow reconheciam que a ordem capitalista estava voltando a se estabilizar na Europa sobre uma base democrático-burguesa, o faziam apenas para adaptar-se a ela. O caminho liquidacionista de Goldman e Morrow indicavam que estava a ponto de abandonar a política marxista. Goldman saiu do SWP em maio de 1946 e levou com ele um pequeno número de partidários ao WP de Shachtman, só para afiliar-se ao abertamente reformista Partido Socialista dois anos depois. Morrow foi expulso do SWP em novembro do mesmo ano e logo abandonou toda a atividade esquerdista. No fim de 1945, Van Heijenoort fazia referência à União Soviética como “burocrático-imperialista”, e em dois anos já havia anunciado seu abandono do marxismo.

Uma fraqueza da linha do SWP era sua insistência de que os regimes democrático-burgueses da Europa do pós-guerra, “por sua própria natureza, resultariam instáveis e efêmeros”, e que dariam espaço à revolução operária ou a uma ditadura repressiva (“Perspectives and Tasks of the Coming European Revolution”). Mas a maioria do SWP, à qual se uniu a direção europeia emergente sob liderança de Michel Pablo e E. Germain (Ernest Mandel), *sustentou uma perspectiva revolucionária* contra o revisionismo “democrático” de Morrow.

Contudo, a derrota da facção Goldman-Morrow não esclareceu a questão da assembleia constituinte, que não foi rejeitada como questão de princípio. De fato, Mandel, um líder da seção belga, foi um dos primeiros defensores da demanda. Em março de 1946, a primeira reunião de pós-guerra da IV Internacional, com o apoio do SWP, aprovou uma resolução que incluía a demanda de assembleias constituintes para vários países europeus (“The New Imperialist Peace and the Building of the Parties of the Fourth International” [A nova paz imperialista e a construção dos partidos da IV Internacional], *Fourth International*, junho de 1946). Na França, uma assembleia constituinte já havia sido eleita em outubro de 1945; A Itália elegeu a sua em junho de 1946. Longe de servir para encorajar as massas à luta, a assembleia constituinte foi utilizada pela burguesia, ajudada de forma hábil pelos estalinistas e os social-democratas, para contribuir a estabilizar a ordem imperialista do pós-guerra.

A Índia: Luta faccional em torno da assembleia constituinte

A única seção da IV Internacional onde sabemos que ocorreu uma luta faccional clara com respeito à demanda da assembleia constituinte foi o Bolshevik-Leninist Party of India (BLPI, Partido Bolchevique-Leninista da Índia). Apesar do BLPI não descartar a demanda como uma questão de princípios, um setor considerável da organização se opôs consistentemente a que a usassem no meio

das lutas que inundaram o subcontinente durante e no final da Segunda Guerra Mundial.

O projeto de programa do BLPI de 1942 caracteriza corretamente a demanda como “ilusória e enganosa” e “destinada nas últimas fases da revolução a ser utilizada por uma burguesia e seus agentes como um slogan para se opor a e sabotar o estabelecimento da ditadura proletária em forma de soviets”. Contudo, no seguinte parágrafo, concede a possibilidade de dar “apoio crítico” à mesma demanda “nas primeiras fases da luta revolucionária” (reimpresso em Charles Wesley Ervin, *Tomorrow Is Ours: The Trotskyist Movement in India and Ceylon 1935-48* [O amanhã é nosso: O movimento trotskista na Índia e Ceilão 1935-48], Colombo: Social Scientists’ Association, 2006).

Pode ser que estas posições aparentemente contraditórias refletiram as profundas divisões no interior do BLPI. A ala esquerda, em torno a Doric de Souza, dominava nesse momento a minoria direitista de Philip Gunawardena, enquanto que o secretário geral do partido, Leslie Goonewardene, cumpria uma função mediadora. De Souza e Leslie Goonewardene redigiram o projeto de programa enquanto Philip Gunawardena se encontrava preso pelos britânicos no Ceilão. (Para maior informação sobre a história do BLPI, ver “A luta pelo trotskismo na Ásia Meridional”, *Spartacist* No. 37, fevereiro de 2012.)

O projeto de programa do BLPI é muito superior ao manifesto de 26 de setembro de 1942 publicado em nome do Comitê Executivo Internacional da IV Internacional. Sob o título “Aos operários e camponeses da Índia” e redigido em grande parte por Felix Morrow, o manifesto levantava a assembleia constituinte como uma demanda central. Alegando que os capitalistas britânicos e locais “moverão céu e terra para impedir sua criação”, o manifesto afirmava: “Só a revolução vitoriosa dos comitês de operários, camponeses e soldados contra o Raj britânico e seus aliados nativos pode garantir o estabelecimento de uma assembleia constituinte” (*Fourth International*, outubro de 1942).

Estas questões se tornaram mais urgentes depois da guerra. No inverno de 1945-46 eclodiram em Calcutá protestos massivos em defesa dos presos políticos. Em seguida, marinheiros indianos fizeram um motim em Bombaim em fevereiro de 1946, detonando uma greve geral na cidade e manifestações em outros lugares que uniram operários hindus e mulçumanos antes que os britânicos as reprimissem. No dia seguinte do estouro do motim, o governo trabalhista anunciou de Londres que enviaria à Índia uma delegação do gabinete. Parte de seus propósitos era estabelecer uma assembleia constituinte que abrisse o caminho a uma possível independência sob o domínio do Commonwealth britânico.

O BLPI levantou as seguintes palavras de ordem: “Fora a missão do gabinete! Fora os partidos colaboracionistas! Abaixo a assembleia constituinte enganosa do imperialismo! Adiante na luta pela independência da Índia!” (Ervin, *Tomorrow Is Ours*). Mas quando o burguês Congresso Nacional Indiano decidiu entrar à nova assembleia constituinte no final de 1946, o BLPI se dividiu em três tendências com respeito a que posição adotar.

A direita postulava por uma “assembleia constituinte revolucionária” eleita, contrapondo-a à assembleia maquinada pelos britânicos, a qual se baseava em delegados

dos parlamentos provinciais, e insistia que esta fosse a demanda principal do BLPI. A liderança em torno de Leslie Goonewardene não descartava o uso da demanda, mas se opunha a atribuir-lhe um lugar central na agitação do BLPI. Uma oposição de esquerda, centrada em Calcutá e apoiada por De Souza, denunciava ambas posições, argumentando que a assembleia constituinte “tem sido absolutamente irreel para o povo indiano” e que o BLPI devia “denunciá-la como tínhamos feito no passado” (“A Criticism of the Draft Resolution as Submitted by the CC” [Uma crítica do projeto de resolução apresentado pelo CC], *Internal Bulletin [IB]* do BLPI, 1º de abril de 1947).

Em uma votação extremamente apertada (sete a favor, seis contra), os delegados na conferência do BLPI de maio de 1947 decidiram fazer da assembleia constituinte “a demanda central do Programa de Transição, em outras palavras, a demanda da qual dependem todas as outras demandas de transição” (“Report of First Party Convention Held May 21-24, 1947” [Relatório da I Convenção do Partido, 21-24 de maio de 1947], *IB* do BLPI Vol. 2, No. 1, s/d). Hector Abhayavardhana (Vardhan), que havia sido um partidário prominente da facção direitista de Philip Gunawardena desde 1942, assumiu a secretaria do partido, e o BLPI, como era de se esperar, pôs a assembleia constituinte no centro de sua agitação. Mas a discussão continuou.

Quatro meses depois, o comitê distrital de Calcutá adotou uma resolução que afirmava: “a posição que tomou a maioria na última Convenção do Partido foi revisionista e uma tentativa de regressar à posição menchevique por meio do abandono total do trotskismo e da Teoria da Revolução Permanente” (“Resolution of the Calcutta District Committee Unanimously Adopted on 29-9-47” [Resolução do Comitê Distrital de Calcutá adotada de forma unânime no dia 29 de setembro de 1947], *IB* do BLPI Vol. 3, No. 1, 1º de março de 1948). Também afirmava que a demanda da assembleia constituinte não podia ser “sob nenhuma circunstância uma demanda de nosso Programa de Transição, e muito menos sua demanda central”. Apesar de conceder que a demanda podia chegar a ser em uma fase “um slogan de agitação ou de mobilização” capaz de guiar as massas a dar “*um passo* em direção à tomada do poder”, a resolução de Calcutá acrescentava imediatamente que “a falta de tradições” de assembleias constituintes na Ásia fazia “esta possibilidade algo bastante remoto”. Embora não se descartasse a demanda como questão de princípios, todo o espírito da resolução era opor-se ao seu uso por ser uma armadilha menchevique.

Como havia posto Arun Bose, um dos camaradas de Calcutá, em um documento anterior, “Programme and Reality” [Programa e realidade]: “A demanda da AC [assembleia constituinte] continua sendo um estorvo no caminho contínuo da revolução, uma tentativa de interromper a revolução no meio do caminho para ‘completar’ a revolução democrática. Como tal, a demanda da AC está criada para enganar as massas, incutir-lhes ilusões democráticas e pavimentar o caminho à contrarrevolução” (*IB* do BLPI Vol. 2, No. 3, 25 de setembro de 1947). Outro militante de Calcutá, P.K. Roy, acrescentou em outro documento publicado no mesmo boletim:

“Em outras palavras, a demanda da assembleia constituinte, que é o órgão representativo mais alto de uma república *burguesa*, poderá *coroar* nossas demandas de transição só quando a república *democrática*, e não a república

soviética, coroe o programa do BLPI...

“Posto de forma simples, o sucesso da revolução indiana só é concebível sob a forma da ditadura revolucionária do proletariado em aliança com o campesinato pobre”.

—“Opportunism on the Question of the Constituent Assembly” (Opportunismo sobre a questão da assembleia constituinte)

Para derrotar a oposição de esquerda, os novos líderes do BLPI puderam recorrer à autoridade de Trotsky. Jun-tando citações de seus textos sobre a China, debocharam dos argumentos dos camaradas de Calcutá: “Contem-plamos aqui o espetáculo de um Trotsky que não é trotskista” (Raj Narain, “The Slogan of R.C.A. Why Should We Retain It?” [A demanda da A.C.R., Por que deveríamos retê-la?], *IB* do BLPI Vol. 3, No. 1). Provavelmente também se sentiram encorajados pelo apoio à demanda da assembleia constituinte na Europa. Notavelmente, os defensores da demanda na Índia receberam o apoio explí-cito dos trotskistas britânicos do Revolutionary Commu-nist Party (RCP, Partido Comunista Revolucionário). Um artigo de Tony Cliff na imprensa do RCP dizia: “a luta contra o imperialismo britânico e seus agentes (os prín-cipes, os feudais e os capitalistas) deve concentrar-se em torno da demanda de uma *verdadeira* assembleia cons-tituente eleita diretamente por todo o povo”. Apagando a diferença entre uma instituição burguesa como esta e os órgãos do poder operário, Cliff acrescentava que uma “verdadeira” assembleia constituinte deveria “basear-se nas massas organizadas em soviets e armadas em suas milícias” (*Workers’ International News*, janeiro-fevereiro de 1947). No final, uma conferência subsequente do BLPI em 1948 reafirmou uma linha de conciliação sobre a assembleia constituinte com uma maioria muito maior.

As linhas de divisão nesta questão foram quase idên-ticas às da proposta de uma entrada liquidacionista no Partido Socialista, a qual se debateu ao mesmo tempo. Assim, quando a divisão que iniciou em 1940-42 entre esquerda e direita da seção indiana chegou ao auge depois da Segunda Guerra Mundial, o resultado foi totalmente negativo: o partido acabou adotando a demanda da assem-bleia constituinte, que antes havia rejeitado, e depois colapsou na social-democracia. Parece que a esquerda baseada em Calcutá foi se desgastando até que finalmente foi incapaz de opor maior resistência a estas manobras desastrosas que conduziram à desapareção do BLPI.

A assembleia constituinte indiana terminou por dar legi-timidade “democrática” à sangrenta partição do subconti-nente. Depois produziu os primeiros parlamentos da Índia e do Paquistão independentes capitalistas. O uso que os britânicos fizeram da assembleia constituinte na Índia se tornou um paradigma para acontecimento subsequentes em outros países coloniais. Em grande parte do período depois da Segunda Guerra Mundial, as potências imperialistas contaram tipicamente não com o domínio colonial direto, mas com a dominação neocolonial sob uma independên-cia formal. Longe de “mover céu e terra” para impedir a criação de parlamentos democráticos, com frequência os preferem sobre as ditaduras nuas, para enganar mais facilmente as massas. Estes acontecimentos servem para destacar a falência da demanda da assembleia constituinte em países cujo desenvolvimento econômico e social é atro-fiado pelo alcance global do imperialismo. Os argumentos que apresentou veementemente o trotskista de Calcutá P.K.

Roy mantém sua vigência apesar do transcorrer do tempo:

“Fiéis aos ensinamentos do marxismo, baseando-se nas ricas lições dos movimentos revolucionários do passado, os bolcheviques leninistas indicaram o caráter ilusório e enganoso da demanda da assembleia constituinte, que coroa uma república *burguesa* e, como tal, concebe um lapso de tempo determinado entre a revolução democrática e a socialista, um período em que o depositário do poder será um parlamento democraticamente eleito, em outras palavras, um órgão representativo burguês. Os movimentos proletários de vários países provaram além de toda dúvida que nas fases finais da revolução, ou seja, quando o poder dos milhões de trabalhadores encontra uma expressão mais ou menos cristalizada nos soviets que se formam no curso da revolução, a demanda da assembleia constituinte só pode ser utilizada pela burguesia e suas agências pequeno-burguesas como slogan da contrarrevolução, ou seja, como um slogan para opor-se diretamente ao estabelecimento da ditadura proletária em forma de soviets e sabotá-lo. E após o estabelecimento da ditadura proletária, a demanda da assembleia constituinte só pode servir como a base pre-paratória para a derrubada do jovem poder”.

—“Opportunism on the Question of the Constituent Assembly”

Retrospectiva e perspectiva

Nas décadas desde então foram convocadas assembleias constituintes em vários países, da Islândia ao Nepal. Talvez o exemplo mais claro da função contrarrevolucionária da assembleia constituinte na segunda metade do século XX se deu na Revolução Portuguesa de 1974-75, o último e mais prolongado de uma série de revoltas potencialmente revolucionárias que viveu a Europa nesse período. A revolta portuguesa começou com o colapso da ditadura de Caetano em abril de 1974 e a criação de um regime liderado por ofi-ciais militares “progressistas”. A assembleia constituinte eleita um ano depois se converteu em um centro de mobi-lização para as forças reacionárias que queriam pôr fim à revolta, que tinha gerado órgãos incipientes de duplo poder. A CIA financiou o Partido Socialista de Mário Soares, que dominava a assembleia e acobertou ataques de bandos de direitistas contra escritórios do Partido Comunista, com milhões de dólares por mês canalizados através do SPD e outros partidos social-democratas europeus.

Nossos artigos nesse período advertiram contra as ilu-sões nos oficiais militares “progressistas” e lutaram pela perspectiva de construir e centralizar órgãos de tipo sovié-tico, afirmando ao mesmo tempo que a chave da vitória era construir um partido autenticamente leninista-trotskyista. Durante o primeiro ano da rebelião também levantamos a convocação para uma “assembleia constituinte revolucio-nária”. Com a eleição uma assembleia cuja função contrar-revolucionária era evidente, deixamos de levantar esse slo-gan. Em contrapartida, o SWP americano, que em meados dos anos 60 já havia degenerado em reformismo, chamou descaradamente pela “defesa da assembleia constituinte”, aclamando os socialistas financiados pela CIA conforme estes lideravam as mobilizações direitistas (*Militant*, 8 de agosto de 1975). Por sua parte, os lambertistas agitavam por um “governo Soares” (*Informations ouvrières*, 23 de julho-6 de agosto de 1975).

Denunciando a linha antirrevolucionária dos lamber-tistas e do SWP, nós convocamos a defender as organi-zações operárias e de esquerda portuguesas contra os bandos direitistas. No fim, a burguesia e seus agentes social-democratas puderam utilizar a assembleia consti-

Liga Comunista Internacional (Quarta-internacionalista)

Centro Internacional: Box 7429 GPO, New York, NY 10116, EUA • www.icl-fi.org

Spartacist League of Australia

Spartacist ANZ Publishing Co., GPO Box 3473
Sydney NSW 2001, Australia • spartacist@exemail.com.au

Australasian
SPARTACIST 

Marxist newspaper of the Spartacist League of Australia
A\$5 / 4 issues • International rate: A\$7 – Airmail

Spartacist League/Britain

Spartacist Publications, PO Box 42886, London N19 5WY
Inglaterra • workershammer@btconnect.com

WORKERS HAMMER 

Marxist newspaper of the Spartacist League/Britain
£3 / 1 year • International rate: £7 – Airmail
Europe outside Britain and Ireland: £5

Ligue trotskyste/Trotskyist League no quebeque e no Canadá

Spartacist Canada Publishing Association
Box 6867, Station A, Toronto, Ontario M5W 1X6, Canada
spartacan@on.aibn.com

RÉPUBLIQUE OUVRIÈRE

Journal en français de la Ligue trotskyste

SPARTACIST CANADA 

English-language newspaper of the Trotskyist League

2 issues of *République ouvrière* and 4 issues of *le Bolchévik*:
Cdn\$5 • 2 issues of *République ouvrière* and 2 issues of
Spartacist Canada: Cdn\$3 • 2 issues of *Spartacist Canada*
and 22 issues of *Workers Vanguard*: Cdn\$10

Spartakist-Arbeiterpartei Deutschlands

SpAD, c/o Verlag Avantgarde, Postfach 2 35 55
10127 Berlin, Alemanha • spartakist@online.de

SPARTAKIST 

Herausgegeben von der Spartakist-Arbeiterpartei Deutschlands
Jahresabo: € 4,-
Auslandsabo: € 7,50 • Übersee Luftpost: € 10,-

Ligue trotskyste de France

Le Bolchévik, BP 135-10, 75463 Paris Cedex 10, França
lfp@paris@hotmail.fr

LE BOLCHEVIK 

Publication de la Ligue trotskyste de France
4 numéros : 3 € • Europe : 4,50 € • Hors Europe : 6 €
Chèques à l'ordre de : Société d'édition 3L

Grupo trotskista da Grécia

T.Θ. 8274, T.K. 10210, Αθήνα, Grécia • spartacist@hotmail.com

Ο ΜΠΟΛΣΕΒΙΚΟΣ 

Όργανο της Τροτσκιστικής Ομάδας της Ελλάδας
Συνδρομή 2 € / 4 τεύχη

Irlanda

Spartacist Publications, Box 2944, 29 The Mall, Beacon Court
Sandyford, Dublin 18, Irlanda
spartacist.ireland@gmail.com

Lega trotskista d'Italia

Walter Fidacaro, Ufficio Milano Cordusio, Casella Postale 1591
20123 Milano (MI), Italia • red_sp@tin.it

SPARTACO 

Organo della Lega trotskista d'Italia
Abbonamento a 4 + supplemento: 5 €
Europa: 6 € • Paesi extraeuropei: 8 €

Grupo Espartaquista Japão

PO Box 49, Akabane Yubinkyoku, Kita-ku
Tokyo 115-0091, Japão • sj_icl@yahoo.co.jp

スパルタシスト

スパルタシスト・日本グループの新聞
2年間の料金: 300円(国内) • 600円(国際)

Grupo Espartaquista de México

Escriba sólo: Ángel Briseño, Apdo. Postal 006
Admón. Postal 13, CP 03501, Ciudad de México, México
je_contacto@yahoo.com.mx

ESPARTACO

Publicación del Grupo Espartaquista de México
México: Méx. \$25 / 4 números
Extranjero: US \$2 o 2 € / 4 números

Spartakusowska Grupa Polski

X-Store, „Platforma Spartakusowców”, Skr. 948
Al. Jerozolimskie 123a, 02-017 Warszawa, Polonia
sgp_mlk@wp.pl

Platforma
SPARTAKUSOWCÓW 

Pismo Spartakusowskiej Grupy Polski
Cztery kolejne numery: 6,- zł

Spartacist/South Africa

Spartacist, P.O. Box 61574, Marshalltown, Johannesburg 2107
Africa do Sul • spartacist_sa@yahoo.com

SPARTACIST SOUTH AFRICA 

Marxist publication of Spartacist/South Africa
South Africa: R10 / 4 issues
International rate: US\$4 / 4 issues – Airmail

Spartacist League/U.S.

Box 1377 GPO, New York, NY 10116, EUA
vanguard@tiac.net

WORKERS VANGUARD

Biweekly organ of the Spartacist League/U.S.
US\$10 / 22 issues (1 year)
International: US\$25 / 22 issues – Airmail
US\$10 / 22 issues – Seemail